



Relatório e Contas 2011

Índice

Mensagem do Conselho de Administração

1. Introdução
2. Apreciação Global de Gestão
 - 2.1. Consolidação de Estratégias prosseguidas
 - 2.2. Desenvolvimento dos Projectos
 - 2.2.1. Escolas de Natação
 - 2.2.2. Actividades de Enriquecimento Curricular do 1º Ciclo do Ensino Básico
 - 2.2.3. Desporto escolar
 - 2.2.4. Clube Desportivo
 - 2.2.5. Apoio ao desporto
 - 2.2.6. Natação para alunos deficientes
 - 2.2.7. Manutenção
 - 2.2.8. Recreação
 - 2.2.9. Artes marciais
 - 2.2.10. Aeróbica
 - 2.2.11. Ginásio
 - 2.2.12. Hidroginástica
 - 2.2.13. Hidro Cycling
 - 2.2.14. Hidroterapia
 - 2.2.15. Pedestrianismo – Programa Nacional de Marcha e Corrida
 - 2.2.16. Promoção do desporto
 - 2.2.17. Projeto Sénior
 - 2.2.18. Frequência do complexo das Piscinas
 - 2.3. Responsabilidade Social
 - 2.4. Divulgação de projectos e actividades
 - 2.5. Rentabilização dos serviços e dos Equipamentos Municipais sob Gestão da Gespaços, EM
3. Órgãos Sociais da Gespaços, EM
 - 3.1. Nomeação e Tomada de Posse
 - 3.2. Composição
4. A organização administrativa e os Recursos Humanos
5. Fiscal Único
6. Suplente do Fiscal Único

Situação Económica e Financeira

1. Envolvente macroeconómica
2. Situação da Empresa
 - 2.1. Rendimentos e Gastos
 - 2.2. Resultados
 - 2.3. Situação Patrimonial
 - 2.4. Prazo Médio de Pagamentos (PMP)
 - 2.5. Prazo Médio de Recebimentos (PMR)
 - 2.6. Dívidas Ao Estado e Segurança Social
 - 2.7. Notas Finais

Factos relevantes após o termo do exercício

Evolução previsível da Empresa

Proposta de Aplicação de Resultados

Considerações Finais

Demonstrações Financeiras

Anexos às Demonstrações Financeiras

Certificação Legal de Contas

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O atual Conselho de Administração, no seu segundo ano completo de mandato, deu continuidade às Políticas de Gestão do anterior Conselho de Administração.

Nesta linha de continuidade de Gestão da Empresa Municipal, alguns objectivos estiveram sempre presentes em todas as acções levadas a cabo pelo Conselho de Administração. Como entidade executória de políticas do Município compete à Empresa a execução de todas as deliberações da autarquia em matérias desportivas, de recreio, lazer e cultura, o que tem sido feito de forma contratual, com respeito pelos princípios da eficiência e flexibilidade de gestão, transparência, qualidade e rigor.

Ao longo do ano de 2011 houve uma grande preocupação nos actos de Gestão e Governo da Empresa Municipal, seguindo sempre os princípios acima delineados. Com esse objectivo bem presente, procurámos rentabilizar ao máximo os recursos colocados à disposição Gespaços, EM. Durante o ano de 2011 decorreu um projeto de relevante importância para a cidade de Paços de Ferreira. – Requalificação do Parque Urbano de Paços de Ferreira. O Município de Paços de Ferreira e a Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais, EM, juntamente com outras entidades locais, são parceiros no Programa de Acção para a regeneração urbana da cidade de Paços de Ferreira, denominado PFR 3G, tendo sido apresentada uma candidatura, tendo por objecto o referido programa, no âmbito do Concurso PRU/2/2008 – Grandes Centros, Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana (ON.2). Grande parte das infraestruturas foi realizada em 2011, prevendo-se a abertura ao público a 20 de Maio de 2012.

Neste ano de 2011, com um cenário mundial de crise a vários níveis (já sentidos de forma acentuada nos anos de 2009 e 2010), e com os efeitos sentidos pelas medidas de austeridade impostas aos portugueses, pelo Programa de Assistência Económica e Financeira, como consequência do pedido de ajuda de Portugal à Troika, a Gespaços, EM, conseguiu atingir, pelo sexto ano consecutivo, Resultados Líquidos positivos, e dessa forma, reduzir significativamente os prejuízos acumulados nos primeiros 5 anos de existência (2001 a 2005).

Devemos realçar que as demonstrações financeiras apresentadas neste Relatório foram elaboradas, pela primeira vez no ano de 2010, com a consequente continuidade em 2011, em conformidade com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de Julho.

No ano de 2011 verificou-se um pequeno recuo no esforço que se vinha a fazer ao longo dos anos anteriores, no que diz respeito ao Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores, passando para 343 dias sendo que em 2010 tinha sido de 327 dias e em 2009 de 347 dias. Também ao nível Prazo Médio de Recebimentos verificou-se um aumento para 277 dias, sendo que em 2010 tinha sido de 240 dias e em 2009 de 269.

Todos estes elementos, e outros, são cuidadosamente apresentados no presente relatório. Ao longo do mesmo, serão descritas as principais atividades da Gespaços, EM.

O número de utentes que visitaram e utilizaram as instalações da Empresa, apesar das dificuldades sentidas pelos agregados familiares do nosso concelho em suportar os encargos resultantes da utilização dos equipamentos municipais, é a melhor prova de que a qualidade dos serviços prestados vai ao encontro das expectativas da população da região. Como se não bastasse esta capacidade empresarial incutida numa sociedade que não deixa de ter como accionista único uma Autarquia, a Empresa tem-se preocupado e dedicado muito dos seus recursos ao bem-estar social. Foi assumido desde o início desta caminhada que a estratégia a seguir seria bipolar: por um lado a gestão com base em critérios economicistas e de rigor (onde permanentemente tentamos reduzir custos de exploração); por outro lado a permanente prossecução do bem-estar da população de Paços de Ferreira.

O Conselho de Administração não pode deixar de apresentar, publicamente, uma palavra de apreço e gratidão às seguintes pessoas:

- Ao Senhor Presidente do Município, e seu Executivo, pela forma sempre pronta e motivadora com que responde aos desafios e necessidades da empresa;
- A todas as entidades protocoladas com a GESPAÇOS, pela colaboração na divulgação do protocolo que tem potenciado a utilização dos serviços disponibilizados pela Empresa;
- A todos os munícipes, que têm contribuído para prestigiar a Gespaços E.M., as Piscinas Municipais e Pavilhões Municipais enquanto equipamentos de extrema importância na prática desportiva e na prestação de um serviço público de qualidade;
- A todos os colaboradores da empresa, por tudo o que durante o ano de 2011 fizeram e suportaram, sendo certo que também existimos por eles e para eles.
- Aos fornecedores, que têm mostrado a maior confiança na Gespaços, E.M.

Paços de Ferreira, 13 de Abril de 2012



Alberto Carlos de Sousa Gomes

(PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal:

Dando o cumprimento ao preceituado nos artigos 29º e 42º da Lei 53-F/2006, de 29 de Dezembro, e tendo em conta o direito de superintendência que vos assiste, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório e Contas da Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais, E.M. (“Gespaços, EM”, “Empresa” ou “Empresa Municipal”), relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

1. Introdução

A Gespaços, EM tem como objecto social o exercício da actividade de construção, manutenção, exploração e concessão dos equipamentos desportivos que lhe sejam determinados pela Câmara Municipal de Paços de Ferreira, bem como a promoção do desenvolvimento desportivo do Concelho de Paços de Ferreira. Por deliberação da Câmara Municipal de 20 de Novembro de 2006, os Estatutos da Empresa foram alterados, tendo sido acrescido ao seu objecto a manutenção, construção, exploração e concessão de equipamentos de recreio e lazer.

2. Apreciação global da gestão

A empresa municipal Gespaços, E.M., constituída em 2001, fundamentalmente, para gerir o Complexo de Piscinas Municipais, desde logo se apresentou, pelo seu objecto estatutário, com potencialidades para incluir, no âmbito da sua actividade, os restantes equipamentos desportivos existentes no Município, e todos aqueles que, no futuro, viessem a existir.

A prática da Empresa veio confirmar as razões que foram apontadas para a sua criação, como sejam uma maior agilidade na gestão, permitida pela adopção pela contabilidade do Plano Oficial de Contabilidade (a partir de 2010, em conformidade com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de Julho), pela sujeição à lei geral do trabalho do recrutamento de pessoal e gestão de carreiras e adopção de fórmulas de gestão empresarial mais eficientes e flexíveis, e uma significativa diminuição de custos.

Confirmando que a Gespaços, EM, tem vindo a registar uma consolidação dos conhecimentos adquiridos na área da promoção e gestão desportiva, o Executivo Municipal, na sua reunião de 16 de Janeiro de 2006, considerou adequado conferir-lhe condições para que pudesse intervir como “Braço Armado” da política desportiva da autarquia, alargando a sua intervenção à gestão dos novos equipamentos desportivos municipais – Piscinas Municipais de Freamunde (com abertura ao público no início de 2008) e Pavilhão Municipal de Modelos (com abertura ao público em 2007), ao mesmo tempo que se propunha avaliar o impacto da integração da gestão dos restantes equipamentos desportivos municipais que então se encontravam na alçada directa da autarquia.

Atribuída a gestão de todos estes equipamentos à Gespaços, EM, a Câmara Municipal propôs-se alargar a sua gestão aos equipamentos recreativos e de lazer e serviços conexos. Assim, em 28 de Setembro de 2010, o Município de Paços de Ferreira e a Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais, EM, assinaram um Contrato Comodato, bem como um Contrato Programa para a Requalificação e Gestão do Parque Urbano de Paços de Ferreira. O Município de Paços de Ferreira e a Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais, EM, juntamente com outras entidades locais, são parceiros no Programa de Acção para a regeneração urbana da cidade de Paços de Ferreira, denominado PFR 3G. O Município de Paços de Ferreira e a Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais, EM, juntamente com outras entidades locais, apresentaram uma candidatura, tendo por objecto o referido programa, no âmbito do Concurso PRU/2/2008 – Grandes Centros, Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana (ON.2). Como a requalificação do Parque Urbano de Paços de Ferreira constitui uma das acções abrangidas por aquele Programa, a realizar pela Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais, EM, tornou-se premente celebrar com o Município de Paços de Ferreira um Contrato Comodato, bem como um Contrato Programa, para o efeito.

A actividade da Empresa rege-se pelos valores de serviço público, legalidade, justiça, imparcialidade, igualdade, proporcionalidade, colaboração e boa-fé, informação e qualidade, lealdade, integridade, competência e responsabilidade.

Como “braço armado” da política desportiva da autarquia, compete à Empresa a execução de todas as deliberações da autarquia em matérias desportivas, de recreio e lazer, que é feita de forma contratual, com respeito pelos princípios da eficiência e flexibilidade de gestão, transparência, qualidade e rigor.

A Empresa presta ao Pelouro do Desporto e Cultura assessoria técnica, desportiva, jurídica e administrativa na definição da política desportiva municipal e no controlo da sua execução. Para o efeito, pode proceder à elaboração de estudos, pode estabelecer contactos com outros municípios e instituições, públicas e privadas, pode participar (e organizar), em colóquios, seminários, conferências, e pode apresentar propostas a submeter à apreciação do Vereador e, eventualmente, a deliberação do Executivo Municipal.

Os apoios ao movimento associativo desportivo são processados através da Gespaços, que acompanha a sua execução e, sobre ela, emite parecer.

A empresa promove e apoia os eventos desportivos, sempre na perspectiva de desenvolvimento e difusão da prática desportiva das populações do concelho, como é o caso dos Jogos Concelhios.

Na gestão dos equipamentos a Empresa pauta-se pelos princípios do serviço público, da eficiência, da qualidade, da rentabilidade, visando sempre o desenvolvimento e difusão da prática desportiva das populações.

A Gespaços, E.M. e o seu Conselho de Administração inspiraram-se nas características da população de Paços de Ferreira, e tudo têm feito para que os objectivos traçados com a sua criação sejam atingidos.

Sendo 2011 o décimo primeiro ano de existência da Empresa, as principais prioridades da gestão orientaram-se para:

- Consolidação das estratégias prosseguidas;
- Desenvolvimento dos projectos delineados pelo Pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Paços de Ferreira e pelo Conselho de Administração;
- Divulgação da actividade da Gespaços, EM e dos seus projectos;
- Rentabilização dos serviços e das infra-estruturas ao dispor da empresa, nomeadamente das Piscinas Municipais em Paços de Ferreira e Freamunde, do Pavilhão Municipal n.º 1 (seu Polivalente Coberto, e Patinódromo) em Paços de Ferreira, do Pavilhão Municipal n.º 2 em Modelos, dos vários recintos desportivos das Escolas EB, 2 e 3 de Frazão, de Meixomil, de Eiriz e de Freamunde, durante o período nocturno (protocolado entre as Escolas e o Município de Paços de Ferreira).

- Assinados que estão os Contrato-Comodato e Contrato de Gestão, entre o Município de Paços de Ferreira e a Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais, EM., para a Requalificação e Gestão do Parque Urbano de Paços de Ferreira, durante o ano de 2011, procedeu-se ao início da sua efetiva Requalificação, prevendo-se a abertura ao público para 20 de Maio de 2012.

De uma forma mais detalhada, apresentamos quais os principais passos dados pela empresa que materializaram a estratégia definida durante o exercício de 2011.

2.1 Consolidação das estratégias prosseguidas

A Gespaços, EM tinha, aquando da sua criação, como objecto social a construção, manutenção, exploração e concepção de equipamentos desportivos e promoção do desporto no Concelho de Paços de Ferreira. A Câmara Municipal, accionista único da empresa, passou a considerar a Empresa como o “braço armado” do Pelouro do Desporto e deu os primeiros passos para lhe conceder a responsabilidade da gestão de outros equipamentos desportivos já existentes, nomeadamente o Pavilhões Municipais de Paços de Ferreira (a partir de Dezembro de 2006) e de Modelos (a partir de Agosto de 2007) e todos equipamentos de recreio e de lazer municipais: Patinódromo, Circuito de Manutenção de S. Domingos (a partir de Dezembro de 2006) e Parque Urbano de Paços de Ferreira (a partir de Julho de 2008). A partir de Janeiro de 2008 a empresa acumulou a gestão do complexo de Piscinas Municipais de Freamunde.

Em Janeiro de 2009 foi celebrado um contrato programa com a Câmara Municipal de Paços de Ferreira para gestão do Museu Municipal do Móvel e do Museu de Sanfins e Centro Interpretativo da Citânia de Sanfins.

Com a crescente procura de espaços desportivos por parte dos diversos clubes, associações e utentes particulares, fruto do dinamismo imposto pela actual política desportiva do Pelouro do Desporto, materializada em comunhão com os agentes desportivos no seio do Conselho Municipal do Desporto, surgiu a necessidade de realizar a cobertura do Polivalente Exterior ao Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira. As obras iniciaram em finais de 2008 e ficaram concluídas em Abril do ano de 2009. Fez-se então uma alteração ao Contrato Programa celebrado com CMPF para Gestão do Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira, Polivalente e Patinódromo.

A filosofia deste Conselho de Administração passa pela maior rentabilização social do equipamento, associada a uma lógica de maximização da eficiência económica do equipamento, mantendo inalterada a preocupação pela qualidade e pelo carácter público dos serviços prestados.

Como forma de aproveitar sinergias já existentes na Gespaços, EM, o Executivo transferiu em 19 de Março de 2010 as competências de manutenção / limpeza e controlo de acessos do Edifício da CMPF para a Empresa Municipal. Foram absorvidos nos quadros da empresa a partir de então, com a celebração do Contrato Programa com a CMPF para Manutenção / Limpeza e Controlo de acessos do edifício da CMPF, as funcionárias / funcionários que estavam a prestar esse mesmo serviço pelas empresas que detinham essa

responsabilidade com a CMPF. Com a equipa de limpeza e manutenção existente na Empresa Municipal é possível alargar a outros equipamentos municipais.

Relativamente à promoção do desporto, reforçou-se o trabalho de apoio aos clubes. O Gabinete de Apoio ao Associativismo (GAA), coordenado por um Professor com Licenciatura em Educação Física, tem sido uma pedra basilar nesse permanente apoio às Associações. A Empresa consolidou a sua estratégia de intervenção directa e imediata no plano desportivo, através do seu clube desportivo e da promoção de actividades diversas nas Piscinas Municipais, no apoio ao desporto nas camadas de formação e formação de agentes desportivos. Foi implementado o Projeto Sénior para combater o Sedentarismo, com o lema “*Idade da Reforma, idade de recuperar a forma*”.

Neste domínio manteve-se a preocupação de prestação de um serviço público permanente e de carácter social.

2.2. Desenvolvimento dos Projectos

Concebidos que foram alguns projectos nos anos anteriores impunha-se consolidá-los, potenciando a capacidade instalada no Complexo das Piscinas Municipais, de modo a promover as actividades desportivas, de lazer e manutenção.

2.2.1. Escolas de natação

Este projecto continua a ser o mais importante para concretizar o plano estratégico delineado, na medida em que, incrementando a prática da natação pela população do concelho de Paços de Ferreira, cria um universo de utilizadores que serão no futuro o suporte da rentabilização do Complexo.

De salientar que as Escolas de Natação constituem, na atualidade, a base primordial de recrutamento do clube desportivo para promover as actividades aquáticas (natação e pólo aquático) a nível competitivo, justificativas da existência do complexo e da sua natureza, virada para o mais alto nível da competição desportiva.

O ensino da natação faz-se a quatro níveis: adaptação ao meio aquático (para bebés até aos quatro anos), aprendizagem, aperfeiçoamento e desenvolvimento da natação. São ainda ministradas aulas de hidroginástica, hidroterapia, hidro cycling e de formação desportiva. Os alunos inscrevem-se individualmente e colectivamente e são integrados em grupos com horários e professores adequadamente escalonados.

2.2.2. Actividades de Enriquecimento Curricular do 1º Ciclo do Ensino Básico

No ano letivo de 2010/11 foi decidido incluir nas Actividades de Enriquecimento Curricular a prática de natação. Foi dada a oportunidade a cerca de 700 crianças para poder frequentar 1 vez por semana as Piscinas Municipais de Paços de Ferreira e Freamunde, acompanhados por professores em períodos de 90 minutos.

No entanto no ano letivo de 2011/2012, não houve a continuidade deste programa.

2.2.3 Desporto escolar

Desde o ano de 2002 vem sendo desenvolvido o programa denominado “ Vamos Aprender a Nadar”, destinado inicialmente aos alunos do ensino básico, mas posteriormente alargado aos alunos do ensino secundário. Este programa surgiu a partir de um protocolo celebrado com a Câmara Municipal, revestindo-se de extrema importância na vertente pedagógica, constituindo mesmo um forte incentivo à prática da natação.

Este programa preenche largos espaços do Complexo das Piscinas Municipais em períodos em que não seria possível a ocupação com outro tipo de utentes, prestando um serviço público de qualidade que se pretende continuar a prestar.

As turmas do desporto escolar da Escola Secundária de Paços de Ferreira, das escolas EB 2.3 de Eiriz, Frazão, Meixomil e de Freamunde, utilizam as piscinas sob responsabilidade pedagógica dos seus professores, sendo integrados no Programa “ Vamos Aprender a Nadar”, registando-se um aumento gradual de entradas ao longo dos últimos anos.

2.2.4. Clube Desportivo

O clube desportivo tem desenvolvido desde a sua existência uma atividade a todos os títulos notável. As suas escolas de Natação Pura e Pólo Aquático têm cerca de 145 alunos. O grupo de formação básica para o Pólo e a Natação abrange cerca de 26 alunos.

Este esforço tem sido recompensado pelas inúmeras vitórias e medalhas conseguidas pelos atletas de Natação Pura Desportiva, e pelos títulos alcançados pelos atletas que constituem as equipas do Pólo Aquático.

Têm-se conseguido alguns feitos desportivos, nunca alcançados por outras modalidades desportivas existentes no concelho. Contudo, por serem atividades desportivas menos mediáticas, não se lhes tem dado a devida importância pela imprensa local, regional e nacional. Para além dos títulos alcançados, vários atletas formados neste Clube Gespaços, têm sido convocados para integrar as Seleções Nacionais e têm representado Portugal com muita dignidade.

Ao nível da Natação Pura Desportiva devemos realçar o seguinte:

Época Desportiva	Ouro	Prata	Bronze	Total
2001/02	6	2	2	10
2002/03	13	6	6	25
2003/04	41	21	16	78
2004/05	66	42	37	145
2005/06	122	74	69	265
2006/07	182	126	107	415
2007/08	215	160	129	504
2008/09	206	183	194	583
2009/2010	184	185	169	538
2010/2011	182	161	193	536
2011/2012*	72	90	95	257
Total:	1289	1050	1017	3356

* Época ainda não concluída

Factos mais relevantes no ano de 2011:

Absolutos

Melhor classificação de sempre no nacional de clubes da equipa no sector feminino (3º lugar da 2ª divisão correspondente à 11ª melhor equipa nacional da atualidade)

Melhor classificação de sempre no nacional de clubes da equipa no sector masculino (3º lugar da 2ª divisão correspondente à 11ª melhor equipa nacional da atualidade)

Melhor classificação de sempre na Taça de Portugal (7º lugar)

1 pódio nos campeonatos nacionais

30 finais A nos campeonatos nacionais

43 finais B nos campeonatos nacionais

5 títulos de campeão regional

41 pódios nos campeonatos regionais

Seniores

3 títulos de campeão regional

15 pódios nos campeonatos regionais

1 nadador selecionado para representar a seleção regional da ANNP

Juniores

3 títulos de campeão nacional

9 pódios nos campeonatos nacionais

8 títulos de campeão regional

24 pódios nos campeonatos regionais

1 nadador selecionado para representar a seleção nacional

2 nadadores selecionados para representar a seleção regional da ANNP

Juvenis

- 7 pódios nos campeonatos nacionais
- 11 títulos de campeão regional
- 42 pódios nos campeonatos regionais
- 1 nadador selecionado para representar a seleção regional da ANNP

Infantis

- 2 pódios nos campeonatos nacionais
- 2 títulos de campeão zonal
- 5 pódios nos campeonatos zonais
- 10 títulos de campeão regional
- 28 pódios nos campeonatos regionais

Cadetes

- 7 títulos nos torneios regionais de grupos de idade (Torregri)
- 25 pódios nos torneios regionais de grupos de idade (Torregri)
- 4 nadadores selecionados para os estágios promovidos pela ANNP

Escolinhas

- 2 títulos nos encontros de natação
- 8 lugares de pódio nos encontros de natação

Masters

- 12 títulos de campeão nacional
- 40 pódios nos campeonatos nacionais
- Rodolfo Nunes - Recordista nacional de Masters (50 bruços e 4x100 estilos do escalão C)
- Ricardo Osório – Recordista nacional de Masters (4x100 estilos do escalão C)
- Joaquim Ramalhão – Recordista nacional de Masters (4x100 estilos do escalão C)
- Carlos Costa – Recordista nacional de Masters (4x100 estilos do escalão C)

Em relação ao Pólo Aquático há a realçar nas últimas épocas desportivas os seguintes resultados:

Ano 2011 – Escalão Feminino

- 1º Lugar no Campeonato Regional Infantil Feminino
- 1º Lugar no Campeonato Nacional Infantil Feminino
- 5º Lugar no Campeonato Nacional Sénior Feminino 1ª Divisão
- 2º Lugar no Campeonato Nacional Juvenil Feminino
- 2º Lugar no Campeonato Regional Juvenil Feminino

Atletas nas seleções Nacionais e Regionais:

Rafaela Duarte, Vanessa Freire, Liliana Costa, Juliana Lopes, Sara Brito, Mónica Dias, Ana Machado, Daniela Coelho, Elisabete Matos, Filipa Costa, Ana Rita, Sofia Andrade, Vânia Cruz

Atletas que estiveram a representar Portugal no Campeonato Europeu Sub 17

Elisabete Matos, Rafaela Duarte, Vanessa Freire e Liliana Costa

Treinador convidado para os estágios das seleções:

Rúben Mata

Ano 2011 – Escalão Masculino

- 1º Lugar no campeonato Regional Infantil Masculino
- 3º Lugar no Campeonato Regional Sénior Masculino
- 1º e 3º Lugares no I Torneio de Mini-Polo;
- 1º e 2º Lugares no II Torneio de Mini-Polo;
- 4º Lugar no Campeonato Nacional Infantil Masculino
- 3º Lugar no campeonato Regional Júnior Masculino
- 6º Lugar no campeonato Nacional Júnior Masculino
- 1º Lugar nos Torneios Preliminares de Acesso à 2ª Divisão Sénior Masculina

Atletas na seleção nacional

Vítor Cruz, Vítor Alves, José Neves

Atletas que estiveram presentes no Maior Torneio do Mundo, nascidos nos anos compreendidos de 2001 a 2005, que se realizou em Itália:

Diogo Abreu, Hugo Parente, Paulo Costa, Eduardo Silva, Gonçalo Pinho

Treinador convidado pela FPN para integrar os quadros do torneio a Itália, ficando a treinador da equipa under9:

Ruben Mata

De realçar que os atletas continuam a pagar a sua inscrição nas aulas que frequentam, enquanto a Gespaços, EM suporta os custos da utilização dos espaços, da remuneração dos treinadores e das viagens para as competições.

2.2.5 Apoio ao desporto

O GAA (Gabinete de Apoio ao Associativismo), totalmente integrado na estrutura da Gespaços, EM, tem sido um veículo muito importante para a prestação de serviços de apoio técnico, administrativo e jurídico aos Clubes e Associações do Concelho de Paços de Ferreira.

O GAA tem ainda colaborado em algumas actividades desenvolvidas pelo sector de desporto da Câmara Municipal, destacando-se a participação num Torneio Inter – Municipal de iniciados de futebol (designado Torneio de Adriano Pinto), e teve um papel relevante na organização dos Jogos Concelhios dos últimos anos, cujo sucesso é reconhecido por todos os municípios.

A Gespaços, EM continuou com a responsabilidade de organização dos Jogos Concelhios 2011/2012, dando seguimento a uma acção de sucesso dos anos de 2007/2008, 2008/2009, 2009/2010 e 2010/2011. Assim, assumindo na plenitude a função de apoio para a política desportiva da Câmara Municipal, a Gespaços, EM, em conjunto com os técnicos da autarquia que se encontram ao seu dispor operacionalizaram um conjunto de actividades que envolveram milhares de pacenses, em diversas modalidades, tal como foi oportunamente difundido pelos órgãos de comunicação social.

De realçar o grande apoio dado pelo Grupo Martins e Imprensa Local, a este evento que não deixa ninguém indiferente. Foi mesmo criado um website (<http://www.jogosconcelhios.com>) para dar mais visibilidade ao sucesso dos Jogos Concelhios.

Compete ao GAA manter a Carta Desportiva devidamente actualizada.

Por último, é de realçar o apoio concedido aos clubes, através de pagamento das inscrições, suportadas pelo Município, e realização de exames médicos desportivos, suportados pela Gespaços, EM (de acordo com o Contrato Programa existente com o Município).

2.2.6 Natação para alunos deficientes

Tem sido usual ao longo do últimos anos apoiar um grupo de deficientes, oriundo da Obra Social Sílvia Cardoso, no âmbito de um protocolo celebrado com a Câmara, dando cumprimento ao programa “Acesso aos Deficientes”, permitindo a prática de actividades aquáticas e algumas actividades “cardio-fitness”, no Ginásio das Piscinas Municipais de Paços de Ferreira. Este Programa foi alargado a todos os deficientes, frequentadores do ensino especial em funcionamento nos diversos Agrupamentos Verticais de Escolas existentes no Concelho de Paços de Ferreira.

2.2.7 Manutenção

No âmbito da gestão do espaço e dos tempos de utilização das piscinas, foi igualmente contemplada uma opção para os utentes de utilização livre das piscinas, tendo sido determinados espaços (com a devida afixação para consulta do público) especialmente delimitados nas piscinas interiores de forma a uma utilização harmoniosa pelos utentes de turmas de natação, atletas e os utentes de utilização livre.

2.2.8 Recreação

As piscinas exteriores funcionam durante os meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro, tendo tido registado uma utilização crescente nos últimos anos. A frequência, que ultrapassou as 12.000 entradas em 2007, 17.000 entradas em 2008, 18.600 entradas em 2009, 22.558 entradas em 2010 e 16.509 em 2011 (*as condições climáticas de Agosto de 2011 impediram que este número não acompanhasse a tendência crescente dos últimos anos*), comprova a grande aceitação da população do Concelho e que se trata de um espaço privilegiado de lazer.

2.2.9 Artes marciais

Continuou a parceria entre a Gespaços, EM e um professor para o ensino de Full Contact e Defesa Pessoal, com uma média de 15 alunos, no sentido de desenvolver mais uma actividade de carácter desportivo e aproveitando o espaço disponível no novo Pavilhão Gimnodesportivo de Modelos. De realçar que alguns destes alunos, têm obtido excelentes resultados em campeonatos nacionais e internacionais.

2.2.10 Aeróbica

Continuaram a ser ministradas as aulas de Aeróbica, ao longo dos últimos anos, com cerca de 52 utentes na sala das Piscinas Municipais em Paços de Ferreira e com cerca de 20 utentes na sala das Piscinas Municipais

em Freamunde, sendo uma das aulas com maior sucesso, tendo em conta as tendências verificadas ao nível dos hábitos da população do concelho de Paços de Ferreira.

2.2.11 Ginásio

A frequência do ginásio tem sido elevada, com uma procura crescente (durante o ano de 2011, registaram-se 19.932 entradas no Ginásio), como resultado de maior pré-disposição dos utentes para actividades cardio, por um lado, e como resultado da elaboração de planos de treino individualizados e acompanhamento feito por um monitor, por outro.

2.2.12 Hidroginástica

Esta actividade tem merecido uma significativa adesão por parte das utentes existindo ao longo de 2011, em termos médios cerca de 142 inscritos, em Paços de Ferreira e 63 inscritos em Freamunde.

2.2.13 Hidro Cycling

A modalidade Hidro Cycling, foi introduzida em Abril de 2009 nas Piscinas de Paços de Ferreira e em Junho de 2009 nas Piscinas de Freamunde. Esta modalidade contava no final do ano de 2011 com já com quase 43 utentes inscritos em turmas, 36 em Paços de Ferreira e 7 em Freamunde.

2.2.14 Hidroterapia

Esta actividade tem merecido uma especial atenção por parte do Conselho de Administração da Gespaços, EM. A Hidroterapia ou fisioterapia no Meio Aquático consiste no uso da água com fins terapêuticos, na prevenção e tratamento de doenças, visando uma melhoria do bem-estar e da qualidade de vida. Trata-se de uma valência da Fisioterapia e, como tal, efectuada apenas por Fisioterapeutas.

A Hidroterapia tem três componentes:

- **Terapêutica:** Tratamento de diversas patologias e recuperação funcional;
- **Educativa/Preventiva:** Praticada por pessoas saudáveis, de forma a prevenir complicações futuras;
- **Lúdico-Recreativa:** Promovendo a interacção social, descontração, bem-estar geral

A Hidroterapia pode ser praticada Individualmente (em casos específicos, em que haja uma maior dependência do utente) ou em classes (podendo formar classes com grupos patológicos específicos) sob a Orientação e Responsabilidade Técnica de uma Terapeuta da Climunde – Fisioterapia e Enfermagem, Lda.

Nas duas Piscinas Municipais, durante o ano de 2011, beneficiaram desta modalidade quase uma dezena de utentes.

2.2.15 Pedestrianismo - Programa Nacional de Marcha e Corrida

A Gespaços, EM, passou a oferecer, a partir de 1 de Setembro de 2009, até Julho de 2011, uma nova modalidade aos actuais utentes e novos interessados em praticar esta modalidade – Pedestrianismo (“Caminhadas”).

Durante o ano de 2011, fomos um pouco mais longe nas nossas ambições e proporcionámos formação específica a 2 técnicos de marcha e corrida, no âmbito do Programa Nacional de Marcha e Corrida, com o objetivo de implementar em Paços de Ferreira esse Programa, de modo a agilizarmos com a maior brevidade possível a abertura de novos Centros de Marcha e Corrida, divididos pelo Município de foram a poder acolher todos aqueles que queiram praticar esta atividade.

Um dos grandes objetivos do Programa Nacional de Marcha e Corrida, consiste no fomento de uma prática regular de marcha e corrida com acompanhamento técnico qualificado, de modo a criar hábitos de prática desportiva numa faixa da população que deverá centrar as suas preocupações fundamentalmente nos benefícios que esta trará para a saúde. Para tal, os técnicos terão formação específica com capacidade de intervir o melhor possível neste tipo de população, muitas vezes já com diversos problemas de saúde que condicionam a sua própria prática desportiva

2.2.16 Promoção do desporto

Ao longo dos últimos anos a Empresa promoveu a realização nas Piscinas Municipais de diversas actividades desportivas, com vista à promoção da prática desportiva pelos jovens do Concelho e à promoção da imagem do Concelho através do desporto, que envolveram centenas de atletas e representaram uma utilização massiva das Piscinas aquando da realização de Campeonatos Regionais/Nacionais de Natação Pura Desportiva e Pólo Aquático. Durante o ano de 2011, tal com já fora feito em 2010 e 2009, duplicou-se o número de eventos relativamente ao ano de 2008, acima mencionados. Organizámos conjuntamente com a ANNP (Associação de Natação do Norte de Portugal) e FPN (Federação Portuguesa de Natação), em média, 2 eventos por mês. A Empresa tem apostado na realização desses eventos, pois é uma forma de promoção do desporto e uma forma de dar a conhecer Paços de Ferreira a milhares de visitantes que acompanham os respectivos atletas em competição.

2.2.17 Projeto Sénior

Durante o ano de 2011 foi implementado o Projeto Sénior para combater o Sedentarismo, com o lema “*Idade da Reforma, idade de recuperar a forma*”, onde a principal preocupação da Gespaços e do Município é abrir horizontes à população mais idosa, atentos à necessidade de pôr os seniores a mexer, procurando ajudar estas pessoas a estarem mais ativas, mais felizes e a mudar rotinas, contribuindo para aumentar a sua qualidade de vida. Numa atitude descontraída, a hidroginástica, o fitness e o boccia estão a contribuir para a saúde e o combate ao sedentarismo entre a população mais idosa do concelho (cerca de duas centenas).

2.2.18 Frequência do complexo das Piscinas

A frequência de todas as modalidades, no ano de 2011, resume-se nos seguintes quadros:

Piscinas de Freamunde ano 2011

Atividades	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Aeróbica	21	23	24	23	25	24	24	0	17	20	14	8
Hidrocyling	12	12	11	11	9	9	6	0	2	2	1	1
Hidroginástica	70	67	56	69	66	60	59	0	57	62	61	61
Hidroterapia - Aulas individuais	7	7	7	6	7	7	8	0	6	6	7	5
Natação com Professor	172	173	175	171	184	188	177	0	148	171	169	162
Natação Mensalidade Ilimitada	78	76	79	88	78	88	87	0	61	62	63	60
Pedestrianismo	14	14	13	13	4	3	3	0	0	0	0	0
Utilização Livre Piscina	473	486	595	699	525	609	890	0	729	648	361	338
Desporto Escolar	217	219	216	208	221	150	150	0	100	218	428	239
Escolas Privadas	323	402	379	366	422	305	111	0	62	384	412	157
Enriquecimento Curricular	483	520	680	279	677	131	0	0	0	0	0	0
Atletas Federados	23	12	6	20	15	27	88	0	0	0	0	0
BV F	130	122	105	134	93	115	118	0	85	142	130	80

Total de Entradas em 11 meses: 52.444
 Média de Entradas Mês: 4.768
 Média de Entradas Dia: 159

Piscina de Paços de Ferreira Ano 2011

Atividades	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Aeróbica	58	59	62	64	62	56	48	0	48	46	40	38
Artes Marciais	16	14	13	17	16	15	16	0	15	15	14	16
Cartão Múltiplo (Ginásio+Piscina)	69	73	80	75	91	90	64	0	79	85	87	84
Cartão Múltiplo (Ginásio+Hidro Ciclying)	4	7	8	7	6	5	5	0	5	6	5	5
Cartão Múltiplo (Aeróbica+Hidro Ciclying)	6	6	4	4	3	3	1	0	0	0	0	0
Hidro Ciclying	24	23	28	32	34	32	28	0	28	30	27	23
Ginásio Mensalidade Ilimitada	123	123	142	138	137	140	129	50	102	114	113	108
Hidroginástica	157	154	156	157	151	146	136	0	114	129	133	127
Hidroterapia - Aulas individuais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Natação com Professor	388	394	390	409	408	398	395	0	360	381	392	377
Natação Mensalidade Ilimitada	84	94	100	104	102	96	85	0	58	59	57	52
Formação Desportiva	13	13	21	25	28	29	31	0	16	35	37	34
Natação Pura Desportiva	81	78	84	88	81	84	70	0	85	84	84	80
Pólo Aquático	62	55	62	60	70	60	51	0	77	64	60	70
Utilização Livre Piscina	796	654	864	958	876	762	1080	0	1093	994	711	637
Utilização Livre Ginásio	503	386	416	395	384	368	381	172	315	293	204	207
Pedestrianismo	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0
Piscina Exterior	0	0	0	0	0	2460	5830	7458	761	0	0	0
Desporto Escolar	549	645	602	410	599	469	250	0	200	318	469	330
Escolas Privadas	517	528	507	410	472	552	182	0	386	342	376	236
Enriquecimento Curricular	790	700	721	320	879	189	0	0	0	0	0	0
Atletas Federados	68	85	69	82	44	75	82	0	0	0	0	0
B.V. Freamunde	45	37	50	33	49	17	20	0	19	27	21	17
B.V. Paços de Ferreira	40	30	60	70	103	81	79	0	54	21	32	44
Cruz Vermelha de Frazão	49	53	65	65	109	80	84	0	31	74	69	48

Total de Entradas em 11 meses:

176.927

Média de Entradas Mês:

16.084

Média de Entradas Dia:

536

2.3 Responsabilidade Social

Mantiveram-se em vigor os protocolos de colaboração com a Ordem dos Advogados, Montepio Geral, com a AGM – Associação do Grupo os Mosqueteiros, e com a Universidade Sénior de Paços de Ferreira. De realçar a componente social que esteve na origem da criação da Gespaços, EM, mas que foi largamente ultrapassada com o decorrer dos anos de actividade, como comprova os diversos protocolos assinados pela Empresa, sendo de realçar aqueles que apoiam os grupos mais desfavorecidos (deficientes), aqueles que permitem o acesso a actividades aquáticas, a preços previamente acordados para grupos de Escolas Privadas, Centros Sociais e Infantários (Associação Paços 2000, Centro Social Figueiró, Centro Social e Paroquial de Raimonda, Infantário do Barreiro, Centro Infante-Juvenil "António F. Gomes", QVC, Profisousa, Associação Empresarial de Paços de Ferreira; MaisForm, Encosta dos Sonhos, entre outros) e as entidades que se dedicam à protecção das populações (Associações Humanitárias - membros dos corpos ativos dos Bombeiros Voluntários de Paços de Ferreira, de Freamunde e Cruz Vermelha de Frazão).

Não deve ser esquecido o Programa "Acesso a Desportistas Federados e outros Grupos Federados" às Piscinas Municipais, ao abrigo da Deliberação de 18-11-2002, permitindo, dessa forma, aos mesmos melhorar a condição física.

Devemos realçar aqui, que em 15 de Outubro de 2010, foram revistos os vários protocolos e condições de acesso às Piscinas Municipais, de todos os abrangidos, em vários protocolos avulsos, celebrados ao longo dos últimos anos, com o objectivo de sistematizá-los num único documento, e tendo como objectivo uma maior justiça na atribuição dessas condições de acesso.

É de salientar igualmente a cada vez maior consciencialização que o Conselho de Administração tem no que diz respeito à preservação do meio ambiente e à utilização de energias limpas. Assim, está previsto no Plano de Actividades dos anos de 2012/2013/2014 a implementação de sistemas que utilizam fontes de energia amigas do ambiente, para que os combustíveis fósseis utilizados nos diversos equipamentos (Piscinas Municipais de Paços de Ferreira e Freamunde e Pavilhões de Paços de Ferreira e Modelos) sejam substituídos. Foi apresentado um projeto à Autoridade de Gestão do ON.2, sendo esta operação, designada por "Energia – Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos Desportivos Municipais", candidata ao Aviso de Concurso - E-EEA/2/2010. Esta candidatura foi motivada quer por objetivos financeiros, quer por preocupações ambientais, e prevê-se ser implementado durante o ano de 2012/2013. Tudo dependerá da data da aprovação desta Candidatura.

Também os recursos humanos têm estado no centro da actuação da Direcção, enquanto principal activo da empresa. Assim, foram já tomadas medidas de forma que os colaboradores da Gespaços, EM tenham

consciência que a sua motivação e o seu empenho é fundamental para que os objectivos da empresa sejam integralmente atingidos.

2.4 Divulgação de projectos e actividades

A Gespaços, EM teve a preocupação de divulgar na imprensa local, falada e escrita, os seus projectos e actividades publicando anúncios com carácter regular e promovendo a publicação de notícias, de forma a incentivar a prática desportiva e promover através do desporto a imagem do nosso Concelho.

2.5 Rentabilização dos serviços e dos Equipamentos Municipais sob Gestão da Gespaços, EM

Acima já foram devidamente explanadas as actividades em curso nas Piscinas Municipais em Paços de Ferreira e Freamunde.

Apesar de este equipamento ter passado em 2010 para a propriedade da Gespaços, EM, ao ser incorporado no seu capital social, a Empresa Municipal continuou, durante o ano de 2011 a gerir este equipamento segundo as boas normas técnicas do rigor, transparência e eficácia, nos termos e condições previstos nos regulamentos em vigor e nos regulamentos que a Câmara Municipal vier a publicar.

Foi celebrado um Contrato de Gestão deste Equipamento Desportivo entre a Câmara Municipal de Paços de Ferreira e a Gespaços, EM, a 5 de Agosto de 2011, onde estão previstas Indemnizações Compensatórias para retificar eventuais diferenças de valores, tendo em conta o preço social praticado na utilização do mesmo e o custo efetivo para a Empresa Municipal.

Gestão dos Pavilhões das Escolas

A Câmara Municipal de Paços de Ferreira celebrou, em 7 de Agosto de 2000, protocolos com as Escolas EB 2,3 de Frazão, Paços de Ferreira e Eiriz, e em 28 de Agosto de 2001, com o Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Pinto de Vasconcelos, Freamunde, para utilização das suas instalações dos Pavilhões Desportivos. A gestão desta utilização foi assumida directamente através da Direcção do Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira.

A transferência da responsabilidade da gestão destes equipamentos já foi realizada para a empresa municipal Gespaços, EM. através da transmissão da posição contratual da Câmara Municipal para a Empresa Municipal.

Foram aplicadas taxas de utilização (diríamos de “responsabilização”) destes espaços a partir da época 2009/2010, a quem faça a respectiva candidatura antes de iniciar a época desportiva em causa.

Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira e Patinódromo

Apesar de este equipamento ter passado em 2010 para a propriedade da Gespaços, EM, ao ser incorporado no seu capital social, a Empresa Municipal continuou, durante o ano de 2011 a gerir o Pavilhão Municipal segundo as boas normas técnicas do rigor, transparência e eficácia e a facultar a sua utilização aos clubes e associações desportivos e a grupos de munícipes, nos termos e condições previstos nos regulamentos em vigor e nos regulamentos que a Câmara Municipal vier a publicar. Foram aplicadas taxas de utilização (diríamos de “responsabilização”) destes espaços a partir da época 2009-2010, a quem faça a respetiva candidatura antes de iniciar a época desportiva em causa.

Foi celebrado um Contrato de Gestão deste Equipamento Desportivo entre a Câmara Municipal de Paços de Ferreira e a Gespaços, EM, a 5 de Agosto de 2011, onde estão previstas Indemnizações Compensatórias para retificar eventuais diferenças de valores, tendo em conta o preço social praticado na utilização do mesmo e o custo efetivo para a Empresa Municipal.

Pavilhão Municipal de Modelos

A Câmara Municipal transmitiu para a Empresa Municipal Gespaços, EM a gestão e administração do Pavilhão Municipal de Modelos, que é feita segundo as boas normas técnicas do rigor, transparência e eficácia e a facultar a sua utilização aos clubes e associações desportivos e a grupos de munícipes, nos termos e condições previstos nos regulamentos em vigor e nos regulamentos que a Câmara Municipal vier a publicar. Foram aplicadas taxas de utilização (diríamos de “responsabilização”) destes espaços a partir da época 2009-2010, a quem faça a respetiva candidatura antes de iniciar a época desportiva em causa.

A Câmara Municipal de Paços de Ferreira celebrou um contrato-programa com o objectivo de pagar à Empresa Municipal uma importância mensal de 6.667,45 Euros, acrescido de IVA à taxa legal, para suportar aqueles encargos, ao abrigo da Deliberação de 20-8-2007. Contudo, em 5 de Agosto de 2011, foi feita uma revisão a esse Contrato Programa, a partir dos dados da Contabilidade Analítica da Empresa. O valor mensal apurado baixou para 2.093,13 €, acrescido de IVA à taxa legal, que foi já tido em conta no ano de 2011.

Museu Municipal do Móvel

Como forma de aproveitar sinergias já existentes na Gespaços, EM, o Executivo transferiu as competências de gestão e manutenção do Museu do Móvel de Paços de Ferreira para a Empresa

Municipal. Para o efeito foi necessário recrutar um Recurso Humano adequado às funções. A Câmara Municipal de Paços de Ferreira celebrou um contrato-programa com a Gespaços, EM, ao abrigo da Deliberação de 28-1-2009.

Centro Interpretativo da Citânia de Sanfins e Museu da Citânia de Sanfins

Como forma de aproveitar sinergias já existentes na Gespaços, EM, o Executivo transferiu as competências de gestão e manutenção do Centro Interpretativo da Citânia de Sanfins e Museu da Citânia de Sanfins para a Empresa Municipal. Para o efeito foi necessário recrutar um Recurso Humano adequado às funções. A Câmara Municipal de Paços de Ferreira celebrou um contrato-programa com a Gespaços, EM, ao abrigo da Deliberação de 28-1-2009.

Manutenção / Limpeza e Controlo de Acessos do Edifício da CMPF

Como forma de aproveitar sinergias já existentes na Gespaços, EM, o Executivo Camarário transferiu em 2010 as competências de manutenção / limpeza e controlo de acessos do Edifício da CMPF para a Empresa Municipal. Com a celebração do Contrato Programa com a CMPF para Manutenção / Limpeza e Controlo de acessos do edifício da CMPF, as funcionárias / funcionários que estavam a prestar esse mesmo serviço pelas empresas que detinham essa responsabilidade com a CMPF, foram absorvidos nos quadros da Empresa Municipal, a partir de então. Com a equipa de limpeza e manutenção existente na Empresa Municipal é possível alargar a outros equipamentos municipais.

PFR3G – Requalificação do Parque Urbano de Paços de Ferreira

O Município de Paços de Ferreira e a Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais, EM, juntamente com outras entidades locais, são parceiros no Programa de Acção para a regeneração urbana da cidade de Paços de Ferreira, denominado PFR 3G. O Município de Paços de Ferreira e a Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais, EM, juntamente com outras entidades locais, apresentaram uma candidatura, tendo por objecto o referido programa, no âmbito do Concurso PRU/2/2008 – Grandes Centros, Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana (ON.2). Como a requalificação do Parque Urbano de Paços de Ferreira constitui uma das acções abrangidas por aquele Programa, a realizar pela Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais, EM, tornou-se premente celebrar com o Município de Paços de Ferreira um Contrato Comodato, bem como um Contrato Programa, para o efeito. Assinados que estão os Contrato-Comodato e Contrato de Gestão, entre o Município de Paços de Ferreira e a Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais, EM., para a Requalificação e Gestão do Parque Urbano de Paços de Ferreira, durante o ano de 2011, iniciou-se a sua efetiva Requalificação,

estando já realizada uma parte substancial das obras de reconversão do Parque Urbano. Está prevista a abertura aos utentes a 20 de Maio de 2012. Este é um projeto estruturante, que se encontra no “coração da cidade”, que vem colmatar uma necessidade sentida há alguns anos pelos munícipes.

A Gespaços, EM, assinou em 17 de Fevereiro de 2011 com o Programa Operacional Regional do Norte - ON2, um Contrato de Financiamento no âmbito do Programa Operacional Regional Norte, para realização da Operação com o Código nº NORTE-04-0241-FEDER-000822, designada por “Requalificação do Parque Urbano de Paços de Ferreira”, financiamento que foi aprovado no âmbito do Eixo Prioritário IV, pela Comissão Directiva em 31-11-2010, cujo custo total elegível da operação é de 1.200.000,00 €, sendo 85% desse valor cofinanciado (1.020.000,00 €). Os restantes 15% terão de ser suportados pela Gespaços (180.000,00 €), que para o efeito celebrou um Contrato Programa com o Município de Paços de Ferreira. A execução física deste programa a 31-12-2011, cifrava-se em 772.352,07 €, sendo que a execução financeira só se verificou em 2012. No dia 6-1-2012 ficaram aprovados e validados, pela ON2, para pagamento pelo IFDR, 5 pedidos de pagamento num valor total de 507.352,66 € (o que representa 85% do valor elegível de 596.885,48 €).

À data atual verifica-se uma realização física do custo total elegível de 1.185.594,69 €, sem que tivesse havido a correspondente realização financeira pelo IFDR. Contudo, até 30 de Junho de 2012, prevê-se que ambas (física e financeira) estejam concluídas, pois essa é a data de término de contrato celebrado com o Programa Operacional Regional do Norte - ON2.

3. Órgãos Sociais da Gespaços, EM

3.1 Nomeação e Tomada de Posse

Durante o ano de 2009 houve uma alteração do Conselho de Administração da Gespaços, EM, bem assim da Assembleia-geral, a saber:

Nomeação dos Órgãos Sociais da Empresa: 26 de Novembro de 2009

Tomada de Posse dos Órgãos Sociais da Empresa: 2 de Dezembro de 2009

Mandato: 2009-2013

3.2 Composição

Conselho de Administração:

- **Presidente do Conselho de Administração (com funções executivas):** Alberto Carlos de Sousa Gomes
- **Vogal do Conselho de Administração (com funções não executivas):** António Manuel Veiga Neto
- **Vogal do Conselho de Administração (com funções não executivas):** Fernando Henrique Rodrigues da Silva Moura

Assembleia-geral:

Presidente da Mesa da Assembleia-geral: António Manuel Moreira Coelho

Vice-Presidente da Mesa de Assembleia-geral: Maria Alice Guimarães da Costa Rodrigues Ferreira

Secretário da Mesa de Assembleia-geral: Manuel Eugénio Pinheiro Martins Coelho

Representante do Município de Paços de Ferreira na Assembleia-geral: Pedro Alexandre Oliveira Cardoso Pinto

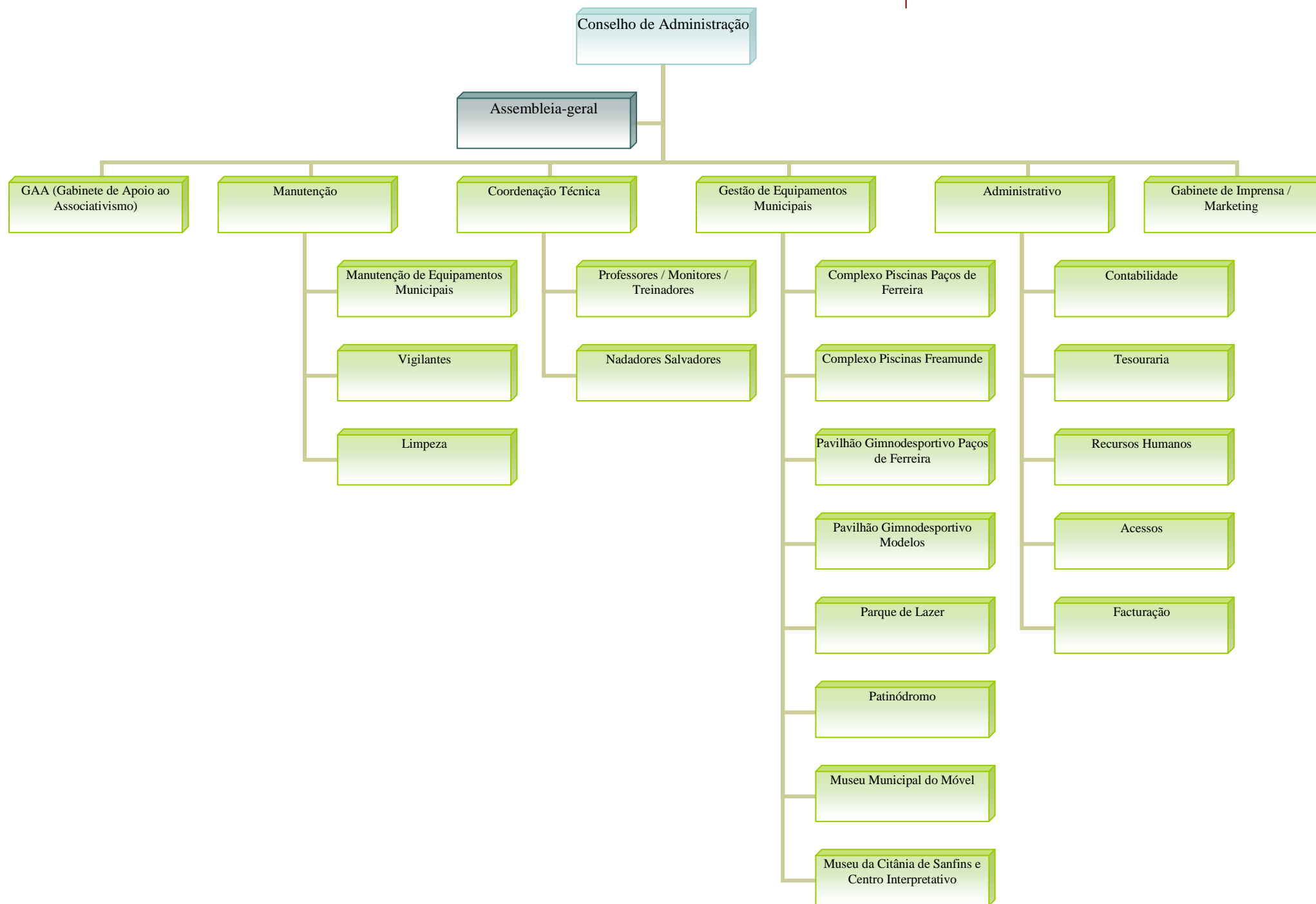
4. A organização administrativa e os Recursos Humanos

O Conselho de Administração da Gespaços, EM reuniu formalmente em catorze sessões. Nessas reuniões o Conselho de Administração acompanhou a actividade corrente da Empresa, e tomou as deliberações que se tornaram necessárias para dinamizar a actividade da empresa.

Em 31 de Dezembro de 2011, a estrutura de recursos humanos da Empresa era como segue:

Função	Número
Presidente do Conselho de Administração	1
Coordenador Técnico (Piscinas)	1
Administrativo do GAA	1
Responsável de Manutenção	1
Técnico Oficial de Contas	1
Professores	4
Nadadores Salvadores	6
Monitores	3
Administrativos	8
Assistente de Conservador de Museus	1
Auxiliar Administrativa de Conservador de Museus	1
Manutenção	4
Segurança e Vigilância	10
Limpeza	17
Total	59

Existem Contratos de Prestação de Serviços com um técnico de natação para chefiar a equipa técnica de Natação Pura Desportiva, coadjuvado por mais 2 técnicos. Há um Contrato de Prestação de Serviços com um Treinador de Pólo Aquático coadjuvado por 2 outros técnicos. Há ainda Contratos de Prestação de Serviços para 2 monitores de Aeróbica, 2 monitores de natação e 1 nadador-salvador em part-time e manteve-se a parceria com o monitor de Kung Fu.



5. Fiscal Único

Nome: Santos Carvalhos & Associados, SROC, SA, representada pelo Dr. António Augusto dos Santos

Carvalho, ROC n.º 16.

NIF/NIPC: 502270136

Cargo: Efectivo

6. Suplente do Fiscal Único

Nome: Armando Luís Vieira de Magalhães, ROC nº 676

NIF/NIPC: 155853619

Cargo: Suplente

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

1. Envolvente macroeconómica

- Enquadramento Mundial

No exercício de 2011, a economia mundial voltou a expandir-se, embora o crescimento económico tenha registado um abrandamento no segundo semestre do ano. Depois de uma primeira metade em que a atividade económica registou um ritmo de crescimento forte, em particular nos países emergentes, o segundo semestre foi caracterizado por uma crescente preocupação com o abrandamento da economia.

Ao contrário do ano anterior, a deterioração dos indicadores económicos em muitas regiões do globo levou a que as estimativas de crescimento para 2011, por parte de instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a OCDE, entre outras, fossem sucessivamente revistas em baixa. No último World Economic Outlook, de Setembro de 2011, o FMI estimava um crescimento para a economia mundial em 2011 de 4,0%, percentagem inferior aos 4,4% previstos no relatório de Abril. O FMI alertou ainda, no final de 2011, para o aumento de diversos riscos, nomeadamente de natureza orçamental e financeira.

Assistiu-se, em consequência do agravamento da crise da dívida soberana, a um novo aumento da aversão ao risco por parte de diversos participantes nos mercados financeiros, sobretudo durante o segundo semestre. Tal traduziu-se, por um lado, numa nova fase de alargamento dos spreads das obrigações de governo, agora não só de economias periféricas. Por outro lado, o mesmo verificou-se nas obrigações de empresas, a par de uma mais acentuada redução de novas emissões de dívida privada em mercado, sendo o sector financeiro o mais penalizado. Neste, o alargamento dos spreads foi particularmente visível, chegando a atingir o valor mais elevado de sempre, superior inclusive ao verificado no seguimento da falência do banco norte-americano Lehman Brothers.

A crise da dívida soberana fez-se sentir também nos EUA. Obrigados a subir o limite da dívida pública numa altura em que aumentava a dificuldade de financiamento dos Estados soberanos, os EUA viram a agência de notação de risco S&P reduzir o rating atribuído à dívida pública de AAA para AA+ em Agosto.

Os responsáveis governamentais e os bancos centrais implementaram medidas em 2011 para estabilizar os mercados financeiros e impulsionar a atividade económica.

- Enquadramento Europeu

O ano de 2011 ficou marcado pelo agravamento da crise da dívida soberana na Europa. Numa primeira fase acentuaram-se as preocupações com a situação da Grécia, devido aos receios de uma reestruturação da dívida helénica, e estas propagaram-se à situação das finanças públicas de outros

estados da periferia europeia. Durante este período, Irlanda e Portugal recorreram aos mecanismos de ajuda conjunta da União Europeia (UE) e do FMI.

Na segunda metade de 2011 assistiu-se a um agravamento do contágio da crise à Espanha e à Itália, enquanto economias denominadas do centro, como a França, a Bélgica, a Áustria ou mesmo a Holanda e a Finlândia, até aqui não afetadas, sofreram também os impactos desta crise.

Na Área Euro (AE), após o BCE ter decretado por duas vezes o aumento da taxa diretora no primeiro semestre, elevando-a aos 1,50% em Julho, o banco central fez regressar aquela taxa ao nível mínimo de 1,00% no final do ano, com a crise da dívida a intensificar-se e o crescimento a abrandar.

Assistiu-se ao contínuo reforço das medidas não convencionais de política monetária, desde o regresso à compra de obrigações de dívida pública em mercado secundário, à reabertura do programa de compra de obrigações hipotecárias e à reintrodução dos leilões de cedência ilimitada de liquidez por prazos a 6 e 12 meses. Já no final do ano o BCE anunciaria ainda a realização de dois leilões de cedência de liquidez a 3 anos.

Em termos da atuação dos Governos no seio da União Europeia no sentido de debelar os efeitos da crise da dívida, 2011 foi marcado pela realização de diversas Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo, e de Ministros das Finanças, das quais resultaram compromissos no sentido de flexibilizar e aumentar o poder de intervenção dos mecanismos de estabilização financeira, como seja o de adquirir títulos de dívida soberana em mercado e financiar a recapitalização de instituições financeiras, bem como de reforçar a coordenação das políticas económicas e a de fiscalização orçamental.

De acordo com o FMI, o crescimento na AE em 2011 terá ascendido a 1,6%, ligeiramente inferior aos 1,8% do ano anterior. Esta expansão assentou primordialmente no desempenho da procura doméstica.

Pela negativa, sublinhe-se o desempenho das economias periféricas, sobretudo Portugal e Grécia, que terão sido os únicos Estado Membros a averbar crescimentos negativos. Pela positiva, voltou destacar-se a Alemanha com um crescimento de 2,7%, num ano em que o mercado de trabalho continuou em evidência. Em Dezembro, a taxa de desemprego germânica atingiu os 6,8%, o nível mais baixo desde a reunificação. Na AE, pelo contrário, o desemprego voltou a aumentar em 2011, tendo a taxa de desemprego atingido no final do mesmo os 10,3%, o nível mais elevado desde a primavera de 1998.

O nível de inflação na AE, medido pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), registou em 2011 uma taxa de variação média de 2,7%, acima dos 1,6% de 2010, devido maioritariamente ao aumento dos preços energéticos.

- Enquadramento Nacional

Em Portugal, 2011 marcou o início do processo de ajustamento da economia. Este é caracterizado por uma redução do défice orçamental, bem como por uma desalavancagem gradual do sector privado, incluindo do sector bancário.

A atividade económica nos primeiros três trimestres de 2011 decresceu 1.1%, se comparada com o mesmo período de 2010, salientando-se o facto de ter registado variações em cadeia negativas nos três períodos já conhecidos. Este desempenho resultou do contributo negativo do consumo privado, do consumo público e da forte queda do investimento, apesar do bom comportamento das exportações líquidas.

Sublinhe-se o contributo positivo do comércio externo. Por um lado as exportações apresentaram um crescimento de 7,8%, por outro lado, as importações diminuíram 2,8%. Este comportamento esteve associado ao aumento da procura vinda do exterior, apesar do abrandamento da economia mundial, tendo-se observado um aumento das novas encomendas providas do exterior, em termos homólogos, de 22,9% no período em causa. Por seu lado, a redução das importações deveu-se, sobretudo, à queda da procura interna.

Quer o consumo privado, com um decréscimo de 3,0%, quer o consumo público, que contraiu 2,5%, contribuíram para o fraco desempenho económico durante o período em causa. Os desafios de redução do défice orçamental e a consequente aprovação e implementação de medidas de austeridade enquadradas no Programa de Apoio Económico e Financeiro a Portugal induziram um contributo negativo destas componentes para o crescimento económico, tendo-se observado um agravamento da confiança dos consumidores ao longo de todo o ano.

Por outro lado, registou-se uma redução de 9,8% da Formação Bruta de Capital Fixo, em parte consequência do nível de atividade económica e das perspetivas para a procura interna, bem como do decréscimo do investimento público. A contração foi mais evidente no investimento em equipamento e em construção.

Quanto à inflação, o IHPC português registou, nos primeiros 11 meses de 2011, uma taxa de variação média de 3,7%, consequência, sobretudo, do aumento do preço dos bens energéticos e do acréscimo de diversos impostos indiretos, designadamente, o IVA, ficando 1 ponto percentual acima do da Área Euro.

A taxa de desemprego subiu nos primeiros três trimestres de 2011 face ao período homólogo. No terceiro trimestre, esta cifrou-se em 12,4%, sendo a população desempregada de 689,6 mil indivíduos, o que representa um aumento de 24,1% face ao mesmo período de 2010.

- Perspetivas futuras da Economia Portuguesa, para 2012

A evolução da economia portuguesa em 2011 foi decisivamente marcada pela interrupção do acesso a financiamento de mercado e pelo início da aplicação do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), o qual constitui igualmente a referência central na análise das perspetivas de médio prazo.

O PAEF fornece um quadro de financiamento estável para o período 2011-2014 e uma estratégia de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos da economia portuguesa e de aumento do seu potencial de crescimento assente em três pilares: consolidação durável das contas públicas, estabilidade do sistema financeiro e transformação estrutural da economia portuguesa.

Este processo de ajustamento dos desequilíbrios acumulados na economia portuguesa aponta para uma contração da atividade de 3,4 por cento em 2012, refletindo uma queda muito acentuada da procura interna (cerca de 14 por cento em termos acumulados no período 2011-2013). As exportações deverão continuar a ter um papel determinante na mitigação do impacto da contração da procura interna, embora registando um abrandamento em 2012-2013, num quadro de moderação da atividade económica mundial. Este enquadramento implica uma recomposição da despesa, caracterizada por uma redução significativa do peso da procura interna no PIB, a par de um aumento do peso das exportações. Em termos de consumo privado, este deverá reduzir-se 7,3 por cento em 2012 e 1,9 por cento em 2013, refletindo a maior restritividade das condições de financiamento, limitando a capacidade de muitos consumidores, condicionando o rendimento disponível de forma significativa. O rendimento disponível deverá ser condicionado pelo impacto das medidas de consolidação orçamental, bem como por uma redução dos rendimentos do trabalho, num contexto de deterioração acentuada das condições no mercado de trabalho.

A FBCF deverá apresentar, em 2012, uma redução ligeiramente superior à registada no ano anterior (12 por cento, face a 11,4 por cento em 2011), refletindo o perfil projetado para a componente empresarial, que deverá traduzir uma continuação da deterioração das perspetivas de procura por parte das empresas.

Em termos de exportações, estas deverão apresentar um abrandamento para 2,7 por cento em 2012 e uma aceleração para 4,4 por cento em 2013. As importações deverão reduzir-se 5,6 por cento em 2012.

As dificuldades internas e a incerteza do contexto externo refletiram-se numa deterioração da avaliação de “rating” pelas principais agências de notação financeira, colocando a dívida soberana num patamar de “speculative grade”. Apesar do financiamento público provir maioritariamente do canal institucional, esta avaliação impacta negativamente no sector privado, nas condições de financiamento das empresas de maior dimensão e do sistema financeiro, e dificulta o regresso aos mercados financeiros a partir de 2013.

A taxa de inflação deverá voltar a registar valores anuais superiores a 3% em 2012 (3,7% em 2011), em grande parte motivada pelas alterações ao nível da tributação indireta. Desse modo, dada a debilidade do mercado de trabalho, a ausência de pressões salariais e o empenhamento na moderação dos custos de produção dos bens e serviços nacionais, estima-se que o esgotamento progressivo dos efeitos da fiscalidade conduza a uma redução significativa da taxa de inflação a partir do último trimestre de 2012.

2. Situação da Empresa

Em virtude da empresa ter entrado no décimo primeiro ano de atividade e a exemplo do que tem sido feito nos anos anteriores, é possível efetuar uma análise comparativa da evolução do seu património, dos proveitos, dos custos e consequentemente dos resultados, relativamente ao exercício anterior.

Devemos realçar que as demonstrações financeiras apresentadas neste Relatório foram elaboradas, pela primeira vez no ano de 2010, com continuidade em 2011, em conformidade com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de Julho.

Entende-se como importante a referência a alguns aspetos de carácter económico – financeiro, sem deixar de se ter em consideração o carácter público do serviço prestado pela Gespaços, EM.

2.1. Rendimentos e Gastos

Vendas e Prestações de Serviços e Outros Rendimentos e Ganhos

Neste ponto, o mais importante a reter é o aumento de Outros Rendimentos e Ganhos ao longo dos últimos 3 anos bem como as receitas provenientes de outras entidades (utilizadores de pavilhões municipais e pavilhões das EB 2 e 3 concelhias). Ao nível dos utentes, verificou-se uma quebra, motivada por duas razões: Quebra nas receitas, na ordem dos 20.000,00 €, na utilização das Piscinas Exteriores, devida às más condições climáticas no mês de Agosto; e diminuição da frequência das Piscinas Municipais, devido ao agravamento do custo de vida dos agregados familiares do concelho, no ano 2011.

	2011	2010	2009
Vendas e Prestações de serviços:	1.539.497 €	1.401.566 €	1.724.459 €
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	1.178.994 €	1.004.814 €	1.365.955 €
Utentes	329.095 €	371.989 €	346.373 €
Outras entidades	31.409 €	24.763 €	12.131 €
Outros Rendimentos e Ganhos	123.312 €	94.833 €	78.579 €
Aluguer de Equipamento	51.675 €	24.000 €	22.275 €
Outros rendimentos suplementares	9.389 €	9.233 €	7.243 €
Outros rendimentos e ganhos não especificados	62.248 €	61.600 €	49.061 €
Total ...	1.662.809 €	1.496.399 €	1.803.038 €

Em termos percentuais, o peso das receitas da Empresa Municipal (não proveniente dos contratos programa celebrados com o Município) aumentaram de 24,24% em 2009 para 32,85% em 2010, verificando-se uma ligeira quebra em 2011 para 29,10%.

	2011	2010	2009
Vendas e Prestações de serviços:	92,58%	93,66%	95,64%
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	70,90%	67,15%	75,76%
Utentes	19,79%	24,86%	19,21%
Outras entidades	1,89%	1,65%	0,67%
Outros Rendimentos e Ganhos	7,42%	6,34%	4,36%
Aluguer de Equipamento	3,11%	1,60%	1,24%
Outros rendimentos suplementares	0,56%	0,62%	0,40%
Outros rendimentos e ganhos não especificados	3,74%	4,12%	2,72%
Total ...	100%	100%	100%

Fornecimentos e Serviços Externos, Gastos com o Pessoal, Outros Gastos e Perdas e Gastos/Reversões de depreciação e de amortização

Os custos operacionais suportados com os vários equipamentos sob gestão da Gespaços, EM, que ascenderam a 1.608.500 € em 2011, dividem-se em grande medida:

	2011	2010	2009
Fornecimentos e Serviços Externos	657.129 €	648.008 €	657.250 €
Gastos com o Pessoal	702.406 €	683.065 €	649.094 €
Outros Gastos e Perdas	13.610 €	8.148 €	17.000 €
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	235.355 €	95.090 €	43.991 €
Total ...	1.608.500 €	1.434.309 €	1.367.335 €

	2011	2010	2009
Fornecimentos e Serviços Externos	40,85%	45,18%	48,07%
Gastos com o Pessoal	43,67%	47,62%	47,47%
Outros Gastos e Perdas	0,85%	0,57%	1,24%
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	14,63%	6,63%	3,22%
Total ...	100%	100%	100%

- pelos Custos com Pessoal, que em 2011 o valor ascendeu a 702.406 €, não se verificando nenhuma entrada nos quadros da empresa, e houve mesmo uma saída de um funcionário em Setembro. Neste ano houve apenas uma atualização do salário mínimo para 485,00 €. Aplicaram-se os cortes previstos na Lei do Orçamento de Estado para 2011.
- e pelos FSE no montante de 657.129 €, dos quais de destacam os custos com o combustível utilizado no aquecimento da água, água, os custos com a eletricidade e limpeza, tratamento químico da água e outros custos com a conservação das piscinas.

Em comparação com 2010 verificou-se um aumento dos Custos Operacionais de cerca de 12,14%. Contudo, se retirarmos o acréscimo dos **Gastos/Reversões de depreciação e de amortização**, resultantes da entrada para os ativos fixos da empresa, por aumento de capital, dos edifícios das Piscinas de Paços de Ferreira, e de Freamunde e do Pavilhão Gimnodesportivo de Paços de Ferreira, esse aumento seria apenas de 2,05 %.

Fornecimentos e serviços externos	2011	2010	2009
Eletricidade	126.444 €	113.554 €	131.483 €
Combustíveis	7.300 €	6.398 €	6.222 €
Água	54.351 €	56.724 €	51.456 €
MAZOOTE - Outros fluidos	211.868 €	188.176 €	153.545 €
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	18.173 €	22.703 €	20.262 €
Material de escritório	3.428 €	2.856 €	2.361 €
Rendas e alugueres	500 €	1.183 €	34.362 €
Comunicação	6.550 €	6.884 €	7.819 €
Seguros	7.734 €	12.976 €	5.794 €
Deslocações e estadas	- €	- €	257 €
Honorários	117.797 €	113.329 €	84.445 €
Conservação e reparação	23.044 €	35.148 €	30.474 €
Publicidade e propaganda	2.000 €	120 €	650 €
Limpeza, Higiene e Conforto	26.508 €	28.215 €	24.350 €
Trabalhos especializados	25.442 €	22.781 €	40.389 €
Outros fornecimentos e serviços	25.990 €	36.962 €	63.382 €
Total	657.129 €	648.008 €	657.250 €

Fazendo uma análise rápida à rubrica Fornecimentos e Serviços Externos, em grandes categorias, podemos facilmente reparar no peso da Eletricidade, Água e Mazoote (este grandemente afetado pela evolução do preço do petróleo). Não fora o aumento do preço do petróleo, e se considerássemos os preços de 2009, teríamos reduzido em 2011 o valor dos FSE's abaixo da barreira dos 600.000 €.

Há a destacar alguns resultados da política de contenção de custos em algumas áreas da empresa, quer seja através de um controlo rigoroso dos custos, por um lado, e por renegociação de preços com fornecedores, por outro. Os Fornecimentos e Serviços Externos têm vindo a diminuir comparativamente a 2008 e 2009.

2.2 Resultados

Em consequência Rendimentos e Gastos registados em 2011, foi apurado um resultado líquido de exercício positivo de € 6.980,90 (seis mil novecentos e oitenta euros e noventa centimos). Com a obtenção deste resultado, a empresa obtém, pelo sexto ano consecutivo, resultados positivos no seu exercício.

Resultados	2011	2010	2009
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos:	289.665 €	157.179 €	479.693 €
<i>Gastos/Reversões de depreciação e de amortização</i>	<i>-235.355 €</i>	<i>-95.090 €</i>	<i>-43.991 €</i>
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos):	54.310 €	62.089 €	435.703 €
<i>Juros e Gastos Similares suportados</i>	<i>-40.554 €</i>	<i>-34.290 €</i>	<i>-53.926 €</i>
Resultado antes Impostos:	13.755 €	27.800 €	381.777 €
<i>Imposto sobre Rendimento do Período</i>	<i>-6.774 €</i>	<i>-3.034 €</i>	<i>-7.433 €</i>
Resultado Líquido do Exercício:	6.981 €	24.765 €	374.344 €

2.3. Situação Patrimonial

Capital Próprio

A principal variação do Capital Próprio, ocorrida em 2011, diz respeito à contabilização do subsídio comunitário (atribuído para fazer face aos custos com a Requalificação do Parque Urbano de Paços de Ferreira), líquido de impostos diferidos com o mesmo. Esta Rubrica – Outras Variações no Capital Próprio - foi a responsável por o total do Capital Próprio ter sido superior ao Capital Social.

Capital Próprio	2011	2010	2009
Capital Social:	11.358.894 €	11.358.894 €	458.894 €
Resultados transitados:	-280.519 €	-305.285 €	-679.628 €
Outras Variações no Capital Próprio:	749.700 €	0 €	0 €
Subtotal:	11.828.075 €	11.053.609 €	-220.734 €
Resultado Líquido do Exercício:	6.981 €	24.765 €	374.344 €
Total do Capital Próprio:	11.835.056 €	11.078.375 €	153.609 €

De 2001 a 2005 a empresa acumulou 5 anos de Resultados Líquidos Negativos, ficando os Resultados Transitados no final de 2005 num valor negativo acumulado de 924.355 €. De 2006 a 2011, fruto da obtenção de seis anos consecutivos de Resultados Líquidos Positivos, será possível diminuir o valor dos

Resultados Transitados em 650,817 €, para 273.538 €, após a aplicação de resultados de 2011, conforme proposta deste Relatório. Desta forma, em 31 de Dezembro de 2011 o Capital Próprio passou a ser 11.835.056 €.

Passivo

O Passivo da Gespaços, EM apresenta valores que merecem alguma atenção. Houve um esforço muito grande por parte deste Conselho de Administração em reduzir a exposição à Banca no ano de 2011. Em apenas 1 ano foi reduzida essa exposição em quase 20%, passando de 816.200 € para 656.091 € (redução de 160.109 €). Essa diminuição verificou-se tanto na dívida corrente, como na dívida não corrente.

Devemos realçar que na rubrica Outras contas a pagar, inclui um valor de 772.352,07 € referente à Operação de Requalificação do Parque Urbano de Paços de Ferreira no âmbito do Programa Operacional Regional Norte. Este montante é totalmente elegível ao abrigo do Contrato de Financiamento num valor global de 1.200.000,00 €.

Se não existisse a Operação “**Requalificação do Parque Urbano de Paços de Ferreira**”, o Passivo da Empresa Municipal, ao longo do ano de 2011, teria sido reduzido para 1.409.100 €.

Esta análise está devidamente fundamentada no Anexo às Demonstrações Financeiras.

	2011	2010	2009
Total do Capital Próprio:	11.835.056 €	11.078.375 €	153.609 €
Passivo não Corrente	670.300 €	509.091 €	0 €
Financiamentos Obtidos	400.000 €	509.091 €	0 €
Passivo por impostos diferidos	270.300 €	0 €	0 €
Passivo Corrente	1.797.316 €	1.057.780 €	1.874.968 €
Fornecedores	564.767 €	580.015 €	629.051 €
Adiantamento de Clientes	0 €	0 €	863 €
Estado e Outros Entes Públicos	78.632 €	35.569 €	46.019 €
Financiamentos Obtidos	256.091 €	307.109 €	900.000 €
Outras Contas a Pagar	896.326 €	133.586 €	297.535 €
Diferimentos	1.500 €	1.500 €	1.500 €
Total do Passivo:	2.467.616 €	1.566.871 €	1.874.968 €
Total do Capital Próprio e do Passivo:	14.302.672 €	12.645.245 €	2.028.577 €

	2011	2010	2009
Total do Capital Próprio:	82,75%	87,61%	7,57%
Passivo não Corrente	4,69%	4,03%	0,00%
Passivo Corrente	12,57%	8,37%	92,43%
Total do Passivo:	17,25%	12,39%	92,43%
Total do Capital Próprio e do Passivo:	100,00%	100,00%	100,00%

Ativo

No Ativo não Corrente da empresa nota-se um incremento substancial do valor apresentado a 31 de Dezembro de 2009 e a 31 de Dezembro de 2010. Obviamente que a explicação está na incorporação de bens imóveis, ocorrida em Dezembro de 2010, no capital social da Empresa Municipal.

Em 2011, no Ativo Corrente da empresa merece-nos referência o valor apresentado na Rubrica Clientes, que representa, em grande parte, créditos sobre a Câmara Municipal relativos aos diversos protocolos celebrados e na Rubrica Outras Contas a Receber que corresponde essencialmente ao montante do subsídio para investimentos aprovado e a receber durante o próximo exercício no montante de 1.020.000 €, bem como ao saldo das Indemnizações Compensatórias, devidas pela prática de preços sociais nas piscinas de Paços de Ferreira e Freamunde, referentes ao exercício de 2011 mas a faturar à CMPF no decurso de 2012. Esta análise está devidamente fundamentada no Anexo às Demonstrações Financeiras.

Devemos aqui realçar a variação dos Ativos Fixos Tangíveis (Investimentos ocorridos em 2011), de salientar os gastos acumulados registados em Ativos Fixos em Curso decorrentes da adjudicação de duas empreitadas por ajuste direto c/ os Irmãos Moreira, S.A., no âmbito da obra de Requalificação do Parque Urbano de Paços de Ferreira.

Ativo	2011	2010	2009
Ativo não Corrente	12.121.019 €	11.559.217 €	477.472 €
Ativos Fixos Tangíveis	12.121.019 €	11.559.217 €	477.472 €
Ativo Corrente	2.181.653 €	1.086.028 €	1.551.105 €
Clientes	426.368 €	1.066.345 €	1.529.421 €
Adiantamento a Fornecedores	0 €	0 €	171 €
Estado e Outros Entes Públicos	13.970 €	14.105 €	9.856 €
Outras Contas a Receber	1.701.381 €	80 €	34 €
Diferimentos	29.195 €	1.833 €	2.020 €
Caixa e Depósitos Bancários	10.738 €	3.666 €	9.605 €
Total do Ativo:	14.302.671 €	12.645.245 €	2.028.577 €

2.4 Prazo Médio de Pagamentos (PM)

Verificou-se um esforço grande por parte do Conselho de Administração em encurtar o Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores. Apesar da melhoria verificada em 2010, não foi possível, apesar dos esforços, em 2011 de dar continuidade a essa melhoria.

Descrição	2011	2010	2009
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	343	327	349

Nota: Neste rácio consideramos para além do saldo de Fornecedores o saldo da Rubrica Outras Contas a Pagar.

2.5 Prazo Médio de Recebimentos (PMR)

Verificou-se, também neste indicador, um aumento do Prazo Médio em 2011 depois do melhoramento registado em 2010.

Descrição	2011	2010	2009
Prazo Médio de Recebimentos (dias)	277	240	269

Nota: Neste rácio consideramos para além do saldo de Clientes parte do saldo da Rubrica Outras Contas a Receber.

2.6 Dívidas ao Estado e Segurança Social

Devemos aqui mencionar que **não existem dívidas em mora ao Estado e Segurança à Social** à data do encerramento das contas.

2.7 Notas Finais

Por todas as notas avançadas nos itens anteriores, e apesar do contexto económico-financeiro mundial atual e para um futuro próximo, notam-se vários indícios de melhoria dos principais indicadores de análise da empresa. Esta Administração tem todas as condições para acreditar que os próximos anos são disso prova.

FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício em 31 de Dezembro de 2011 não se registou a ocorrência de qualquer facto relevante que altere significativamente a situação da empresa, conforme é reportada no presente Relatório de Gestão e documentos de prestação de contas que lhe estão anexos.

Contudo, entendemos importante referir o seguinte facto:

- Como sequência lógica do Contrato de Financiamento no âmbito do Programa Operacional Regional Norte, assinado em 17 de Fevereiro de 2011, para realização da Operação com o Código nº NORTE-04-0241-FEDER-000822, designada por “Requalificação do Parque Urbano de Paços de Ferreira”, financiamento que foi aprovado no âmbito do Eixo Prioritário IV, pela Comissão Diretiva em 31-11-2010, deu-se início, durante o ano de 2011, à realização física dessa Operação. A 31 de Dezembro de 2011, do valor total elegível no âmbito dessa Operação (1.200.000,00 €), verificava-se a realização física num valor total de 772.352,07 €, estando submetidos 6 pedidos de pagamento à entidade gestora do Programa – ON2 – num valor total de 736.378,77 €. A 9 de Fevereiro foi submetido mais 1 pedido num valor total de 261.790,80 €. No dia 6 de Janeiro de 2012, foram validados os primeiros 5 pedidos submetidos num valor total de despesa elegível de 596.885,48 €. No dia 8 de Fevereiro ocorreu a realização financeira desses pedidos, isto é, 85% desse valor, num valor total de 507.352,66 €. No dia 26 de Março de 2012, foram validados mais 2 pedidos submetidos num valor total de despesa elegível de 401.284,09 €. Ainda estamos, à data de hoje, a aguardar a respetiva realização financeira.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA

Em virtude dos objetivos delineados, da evolução da empresa durante o ano de 2011 é expectativa deste Conselho de Administração que a atividade da Gespaços, EM continue a registar um incremento na qualidade e variedade dos serviços prestados e a rentabilizar de forma cada vez mais eficiente a utilização e gestão dos recursos de que dispõe.

O sucesso desta evolução e em concreto das infra estruturas ao dispor da Gespaços, EM dependerá, para além de outras condicionantes, da manutenção do carácter público do serviço prestado e, consequentemente, da continuidade do apoio da Câmara Municipal de Paços de Ferreira aos projetos desenvolvidos, apresentados e implementados, nomeadamente alargando o âmbito dos protocolos, de carácter social, no sentido de rentabilizar os espaços disponíveis em períodos de menor utilização.

A empresa alargou o âmbito da sua atividade, como forma de potenciar as receitas e mostrar mais sustentabilidade deste projeto. Para isto contribuirá o alargamento da gestão a mais equipamentos existentes e a criar pela CMPF, como já foi deliberado pelo Executivo camarário. De realçar, a abertura ao público do Parque Urbano de Paços de Ferreira, previsto para 20 de Maio de 2012. Existe já um Contrato Programa com o Município, onde se prevê a possibilidade de obtenção de receitas próprias com a dinamização do espaço e dos edifícios existentes no local.

No entanto, há que ter em consideração que a eficiência económica e financeira da gestão que tem sido apanágio deste Conselho de Administração leva-nos a ter em mente a prestação de serviços de uma forma mais competitiva para mantermos vivo o objetivo nem que seja paralelo, da diminuição da importância nas receitas da empresa do cliente Câmara Municipal.

Importante será a continuação da racionalização de custos operacionais da empresa, merecendo duas rubricas especial atenção:

- Custos com Pessoal, que cremos diluírem-se durante o presente ano de 2012 e próximos anos, com o alargamento da gestão a novas infra estruturas municipais e a absorver uma percentagem cada vez menor das receitas operacionais da empresa, por um lado, e por outro, devido ao corte nos subsídios de Férias e de Natal previstos na Lei enquanto durar o Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) a Portugal.
- FSE, que com abertura por parte da empresa a formas alternativas de fornecimento de energia, considerando a possibilidades da biomassa, fotovoltaica, etc. Faz parte do Plano de Atividades para 2012-2014 a introdução de painéis solares em todos os equipamentos sob gestão da empresa, com o objectivo claro de baixar a factura energética da empresa e dar um pequeno contributo ao meio ambiente...

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício de € 6.980,90 (seis mil novecentos e oitenta euros e noventa centavos) transite para o exercício seguinte através da conta de Resultados Transitados.

CONSIDERAÇÕES

FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o reconhecimento pela importante colaboração prestada por todos os colaboradores da Empresa, o qual é naturalmente extensivo aos fornecedores e outras instituições que colaboraram no exercício de 2011 e, muito especialmente, agradecer a confiança depositada pelo acionista da empresa, a qual espera que não seja, em circunstância alguma, defraudada.

Paços de Ferreira, 13 de Abril de 2012



O Presidente do Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS

Gespaços - Gestão de Equipamentos Municipais, E.M.

Balança em 31.12.2011 e 31.12.2010

Unidade monetária

(1)

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2011	31-12-2010
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	12.121.018,75	11.559.217,01
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras - Método da equivalência patrimonial			
Participações financeiras - Outros métodos			
Acionistas/Sócios			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
		12.121.018,75	11.559.217,01
Ativo corrente			
Inventários			
Ativos biológicos			
Clientes	6,8	426.368,34	1.066.344,88
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	14	13.969,72	14.104,57
Acionistas/Sócios		0,00	0,00
Outras contas a receber	9	1.701.381,32	79,62
Diferimentos	10	29.195,27	1.833,42
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários		10.737,93	3.665,94
	4	2.181.652,58	1.086.028,43
Total do ATIVO		14.302.671,33	12.645.245,44

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

Gespaços - Gestão de Equipamentos Municipais, E.M.

Balanço em 31.12.2011 e 31.12.2010

Unidade monetária

(1)

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2011	31-12-2010
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado		11.358.894,07	11.358.894,07
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		0,00	0,00
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		(280.519,33)	(305.284,65)
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio		749.700,00	0,00
Resultado líquido do período		6.980,90	24.765,32
Interesses minoritários			
Total do Capital Próprio	11	11.835.055,64	11.078.374,74
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos	12	399.999,98	509.091,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos	11	270.300,00	0,00
Outras contas a pagar			
		670.299,98	509.091,00
Passivo corrente			
Fornecedores	13	564.766,58	580.015,23
Adiantamentos de clientes		0,00	
Estado e outros entes públicos	14	78.631,85	35.569,15
Acionistas/Sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	12	256.090,92	307.109,00
Outras contas a pagar	15	896.326,36	133.586,32
Diferimentos	10	1.500,00	1.500,00
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		1.797.315,71	1.057.779,70
Total do Passivo		2.467.615,69	1.566.870,70
Total do Capital Próprio e do Passivo		14.302.671,33	12.645.245,44

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

Técnico Oficial De Contas

A Administração




DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe												Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	1	458.894,07						(679.628,28)				374.343,63	153.609,42		153.609,42
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adoção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								374.343,63				(374.343,63)			
	2							374.343,63				(374.343,63)			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											24.765,32	24.765,32		24.765,32
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3											(349.578,31)	24.765,32		24.765,32
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital		10.900.000,00											10.900.000,00		10.900.000,00
Realizações de prêmios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
	5	10.900.000,00											10.900.000,00		10.900.000,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1	6=1+2+3+5	11.358.894,07						(305.284,65)				24.765,32	153.609,42		11.078.374,74

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

Unidade monetária (1)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe												Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	6	11.358.894,07						(305.284,65)				24.765,32	153.609,42		11.078.374,74
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adoção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								24.765,32			749.700,00	(24.765,32)	749.700,00		749.700,00
	7							24.765,32			749.700,00	(24.765,32)	749.700,00		749.700,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											6.980,90	6.980,90		6.980,90
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											(17.784,42)	756.680,90		756.680,90
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital															
Realizações de prêmios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
	10														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	11=6+7+8+10	11.358.894,07						(280.519,33)			749.700,00	6.980,90	11.835.055,64		11.835.055,64

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

Gespaços - Gestão de Equipamentos Municipais, E.M.

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2011 e 31.12.2010

Unidade monetária
(1)

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	Períodos	
			2011	2010
Vendas e serviços prestados	+	6,16	1.539.497,24	1.401.566,11
Subsídios à exploração	+			
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	+/-			
Variação nos inventários da produção	+/-			
Trabalhos para a própria entidade	+			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-			
Fornecimentos e serviços externos	-	17,23	(657.129,13)	(648.007,62)
Gastos com pessoal	-	18	(702.405,87)	(683.064,60)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-/+			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+			
Provisões (aumentos/reduções)	-/+			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+			
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-			
Outros rendimentos e ganhos	+	6,19	123.312,71	94.832,53
Outros gastos e perdas	-	20	(13.609,91)	(8.147,58)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		289.665,04	157.178,84
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	7	(235.355,33)	(95.089,57)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		54.309,71	62.089,27
Juros e rendimentos similares obtidos	+			
Juros e gastos similares suportados	-	21	(40.554,36)	(34.289,61)
Resultado antes de impostos	=		13.755,35	27.799,66
Imposto sobre rendimento do período	-/+	22	(6.774,45)	(3.034,34)
Resultado líquido do período	=		6.980,90	24.765,32

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

Técnico Oficial De Contas

A Administração




Gespaços - Gestão de Equipamentos Municipais, E.M.

Demonstração de fluxos de caixa do período findo em 31.12.2011 e 31.12.2010

Unidade monetária (1)

RUBRICAS			NOTAS	Períodos	
				2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto					
Recebimentos de clientes		+		1.851.941,18	2.081.692,89
Pagamentos a fornecedores		-		(439.489,96)	(987.160,67)
Pagamentos ao pessoal		-		(504.788,65)	(474.708,03)
Caixa gerada pelas operações		+/-		907.662,57	619.824,19
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+		(6.778,43)	(13.507,08)
Outros recebimentos/pagamentos		+/-		(482.697,48)	(295.128,31)
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	+/-		418.186,66	311.188,80
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Pagamentos respeitantes a:					
Ativos fixos tangíveis		-		(201.022,98)	(207.672,91)
Ativos intangíveis		-			
Investimentos financeiros		-			
Outros ativos		-			
Recebimentos provenientes de:					
Ativos fixos tangíveis		+			
Ativos intangíveis Investimentos financeiros		+			
Outros ativos		+			
Subsídios ao investimento		+			
Juros e rendimentos similares		+			
Dividendos		+			
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	+/-		(201.022,98)	(207.672,91)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Recebimentos provenientes de:					
Financiamentos obtidos		+		1.192.000,00	1.321.200,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		+			
Cobertura de prejuízos		+			
Doações		+			
Outras operações de Financiamento		+			
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos		-		(1.352.109,10)	(1.405.000,00)
Juros e gastos similares		-		(49.982,59)	(22.922,18)
Dividendos		-			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-			
Outras operações de financiamento		-			(2.732,42)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)	+/-		(210.091,69)	(109.454,60)
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)			7.071,99	(5.938,71)
Efeito das diferenças de câmbio		+/-			
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-		3.665,94	9.604,65
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-	4	10.737,93	3.665,94

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

Técnico Oficial De Contas

A Administração

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS*(valores expressos em euros)***31 de Dezembro de 2011****1. Identificação da entidade**

A GESPAÇOS – Gestão de Equipamentos Municipais, E.M. é uma empresa municipal, com sede na Rua Capitão da Praça. O seu principal centro de negócio é exercido no mesmo local. A sua atividade principal é a gestão de equipamentos municipais. A Empresa é detida a 100% pela Câmara Municipal de Paços de Ferreira

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas, pela primeira vez no ano de 2010, em conformidade com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de Julho. Devem entender-se como fazendo parte desse normativo as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), os Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), o Código de Contas (CC), as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas (NI). Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas, supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade (adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho), as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Na preparação das presentes Demonstrações Financeiras não foram derogadas quaisquer normas previstas no Sistema de Normalização Contabilística.

Os saldos incluídos nas rubricas do Balanço e da Demonstração dos resultados, bem como as políticas contabilísticas e critérios de mensuração adotados, com referência a 31 de Dezembro de 2011 e ao período de doze meses findos naquela data, respetivamente, são comparáveis com os saldos homólogos utilizados na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2010.

3. Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, nos pressupostos subjacentes da continuidade das operações e do regime do acréscimo, atentos às características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade, conforme o disposto nas BADF.

As principais políticas contabilísticas e os critérios de mensuração, aplicados na elaboração destas demonstrações financeiras, encontram-se descritas abaixo, os quais foram aplicados consistentemente ao longo do tempo, salvo indicação em contrário.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao custo considerado ("deemed cost"), no caso dos adquiridos até 31 de Dezembro de 2009, o qual corresponde ao custo de aquisição ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Não é considerada qualquer quantia residual.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, a partir da data em que os bens estejam disponíveis para uso, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, à exceção dos terrenos que não são depreciables. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva, para refletir as novas expectativas.

As taxas anuais aplicadas refletem a vida útil estimada dos bens, como seguem (em anos):

Grupo homogéneo	Vida Útil
Edifícios e outras construções	10-50 anos
Equipamento básico	7-8 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	3-10 anos

Os dispêndios com reparações, que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são registados como gasto do período em que são incorridos, assim como os dispêndios com inspeção e conservação dos mesmos.

Os ativos fixos tangíveis em curso, quando aplicável, referem-se a ativos em fase de construção, sendo registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar, de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis resultantes da alienação ou abate de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na

data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, respetivamente.

Imparidade em ativos fixos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício como gasto, numa base do acréscimo, conforme o disposto na NCRF 10.

Instrumentos financeiros

i) Contas a receber de Clientes e Outras Devedores

As dívidas de “Clientes” e “Outros Devedores” são mensuradas ao método do custo, encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de perdas de imparidade, reconhecidas na rubrica perdas por imparidade em contas a receber, não obstante a maioria das vendas ser realizada em condições normais de crédito.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de “Clientes” e “Outros Devedores” de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade para que os saldos das contas a receber reflitam o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

ii) Contas a pagar de Fornecedores e Outras Credores

As dívidas a “Fornecedores” e “Outros Credores” são mensuradas ao método do custo, encontram-se registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

iii) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registados pelo método do custo (utilizando uma das opções da NCRF 27), no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data de balanço.

Caixa e seus equivalentes

A rubrica *“Caixa e equivalentes de caixa”*, inclui caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo de elevada liquidez.

Provisões

São constituídas provisões sempre que a Empresa tenha uma obrigação futura (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que seja provável que uma diminuição, estimada com fiabilidade, de recursos incorporando benefícios económicos venha a ser necessária para liquidar essa obrigação. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Especialização do Exercício

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual as mesmas são reconhecidas em rendimentos e gastos, respetivamente, à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e o correspondente reconhecimento em resultados do período são registadas nas rubricas de *“Devedores e credores por acréscimos”* e *“Diferimentos”*.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando há uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir as condições para a sua atribuição e que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos no Capital Próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos ativos a cuja aquisição se destinaram.

Os subsídios à exploração são reconhecidos em rendimento do período, de acordo com o princípio do balanceamento entre benefício e custo.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o justo valor da retribuição recebida ou a receber, líquida de impostos, abatimentos de preços e descontos concedidos, sendo reconhecido através das operações de venda e de prestação de serviços.

Quando o rédito é proveniente da venda de bens, apenas é reconhecido quando:

- i) São transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens,
- ii) Não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos,
- iii) A quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada,
- iv) Seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa, e
- v) Os custos incorridos ou a serem incorridos, referentes à transação ser fiavelmente mensurados.

Quando o rédito é proveniente da prestação de serviços apenas é reconhecido quando:

- i) A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada,
- ii) Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade,
- iii) A fase de acabamento da transação à data de fim de exercício seja fiavelmente mensurada, e
- iv) Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito decorrente das vendas e prestação de serviços não é reconhecido se existirem dúvidas quanto à aceitação da venda ou prestação do serviço ou quanto à cobrança do produto da venda ou da prestação de serviços.

Imposto sobre o rendimento

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto, o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e avaliados anualmente, utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos serão reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Julgamentos e principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material, nas quantias escrituradas de ativos e de passivos no decurso do ano financeiro seguinte)

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e
- iii) provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível, à data da preparação das demonstrações financeiras, e com base no melhor conhecimento e experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade, não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

4. Fluxo de caixa

O caixa e seus equivalentes incluem numerário e depósitos bancários à ordem, sendo a sua decomposição a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 a seguinte:

	2011	2010
Caixa	7.455	2.606
Depósitos bancários	3.283	1.060
Total....	10.738	3.666

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não ocorreram durante o exercício alterações de políticas contabilísticas, nem erros materiais relativos a períodos anteriores.

6. Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os saldos (com IVA) e transações efetuadas (sem IVA) com partes relacionadas podem ser resumidos da forma que se segue:

Parte Relacinada	Saldos a receber em 2011	Saldos a receber em 2010	Saldos a pagar em 2011	Saldos a pagar em 2010
Câmara Munic. Paços de Ferreira	356.225	1.021.807	0	0
Total ...	356.225	1.021.807	0	0

Parte Relacionada	Prest. Serv. e Out. Rend. em 2011	Prest. Serv. e Out. Rend. em 2010	Compras em 2011	Compras em 2010
Câmara Munic. Paços de Ferreira	1.178.994	1.365.955	0	0
Total ...	1.178.994	1.365.955	0	0

7. Ativos fixos tangíveis

No ativo fixo tangível foram verificados os seguintes movimentos:

	Terrenos e Edifícios	Básico	Equipamentos Transporte	Administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Investimentos em Curso	Total
1 de Janeiro de 2010							
Valor de aquisição ou reavaliado	341.779	186.982	27.700	82.103	38.514	16.566	693.643
Depreciação acumulada	22.856	90.029	23.675	53.735	25.877	0	216.171
Valor líquido	318.923	96.953	4.025	28.368	12.637	16.566	477.472
31 de Dezembro de 2010							
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2010	318.923	96.953	4.025	28.368	12.637	16.566	477.472
Excedentes de revalorização	0	0	0	0	0	0	0
Aquisições	10.987.200	155.733	1.500	0	0	32.401	11.176.835
Alienações			100	0	0	0	100
Transferências	0	0	0	0	0	0	0
Depreciação do exercício	63.219	18.299	3.513	8.044	2.014	0	95.090
Depreciação - alienações e transferências	0	0	-100	-788	788	0	-100
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2010	11.242.904	234.387	2.012	21.112	9.834	48.968	11.559.217
31 de Dezembro de 2010							
Valor de aquisição ou reavaliado	11.328.979	342.715	29.100	82.103	38.514	48.968	11.870.378
Depreciação acumulada	86.075	108.328	27.088	60.991	28.680	0	311.161
Valor líquido	11.242.904	234.387	2.012	21.112	9.834	48.968	11.559.217
31 de Dezembro de 2011							
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2011	11.242.904	234.387	2.012	21.112	9.834	48.968	11.559.217
Excedentes de revalorização	0	0	0	0	0	0	0
Aquisições	0	0	7.500	0	7.500	782.157	797.157
Alienações	0	0	0	0	0	0	0
Depreciação do exercício	200.459	19.143	1.129	5.656	8.968	0	235.355
Depreciação - alienações e transferências	0	0	0	0	0	0	0
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2011	11.042.445	215.244	8.384	15.456	8.365	831.125	12.121.019
31 de Dezembro de 2011							
Valor de aquisição ou reavaliado	11.328.979	342.715	36.600	82.103	46.014	831.125	12.667.536
Depreciação acumulada	286.534	127.471	28.216	66.647	37.648	0	546.516
Valor líquido	11.042.445	215.244	8.384	15.456	8.365	831.125	12.121.019

8. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 a decomposição era a seguinte:

	2011	2010
Clientes	70.143	44.538
Perdas por imparidade	0	0
Partes relacionadas	356.225	1.021.807
Total ...	426.368	1.066.345

A dívida de clientes em 2011 com prazo até 90 dias cifra-se em 346.527,00 euros, a dívida de 90 dias a 180 dias é de 4.186,05 euros e a dívida superior a 180 dias é de 75.655,29 euros.

9. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2011	2010
Outras contas a receber	1.020.466	80
Imparidade das contas a receber	0	0
Outras contas a receber (liquido)	1.020.466	80
Outras contas a receber de partes relacionadas	680.915	0
Total ...	1.701.381	80

A rubrica de “Outras contas a receber” corresponde essencialmente ao montante do subsídio para investimentos aprovado e a receber durante o próximo exercício no montante de 1.020.000 Euros bem como ao saldo das Indemnizações Compensatórias, devidas pela prática de preços sociais nas piscinas de Paços de Ferreira e Freamunde, referentes ao exercício de 2011 mas a faturar à CMPF no decurso de 2012.

10. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 esta conta era constituída maioritariamente por seguros pagos e rendas recebidas antecipadamente.

	2011	2010
Seguros e Outros gastos	29.195	1.833
Rendas	(1.500)	(1.500)
Total ...	27.695	333

11. Capital Próprio

O Capital Social, inteiramente realizado e detido a 100% pela Câmara Municipal de Paços de Ferreira, à data de 31 de Dezembro de 2011 ascendia a 11.358.894 euros.

Ao nível dos Resultados Transitados verificamos a seguinte evolução:

	2011	2010
Resultados Transitados - Saldo Inicial	(305.285)	(679.628)
Aplicação de Resultados do Exercício N-1	24.765	374.344
Ajustamentos Impostos diferidos	0	0
Resultados Transitados - Saldo Final	(280.519)	(305.285)

Descriminamos ainda, ao nível do Capital Próprio, a rubrica “Outras Variações no Capital Próprio” que sofreu ajustamentos decorrentes da atribuição em 2011 de um subsídio para investimentos ao abrigo do Programa Operacional Regional do Norte – ON2, para realização da operação com o código n.º

NORTE-04-0241-FEDER-000822, designada por “Requalificação do Parque Urbano de Paços de Ferreira”, cujo financiamento foi aprovado no âmbito do Eixo Prioritário IV – Qualificação do Sistema Urbano e participado pelo FEDER em 85% do custo total elegível (1.200.000 euros), no montante de 1.020.000 euros.

	Ano	Atribuição Dotação Inicial	2011	2010
Subsídio para Investimento	2011	1.020.000	1.020.000	0
Impostos Diferidos			(270.300)	0
Total ...			749.700	0

12. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos estão, na sua integralidade, denominados em euros e compreendem:

Empréstimo de médio e longo prazos – Em 20 de Agosto de 2010 foi feita uma reestruturação de responsabilidades contraídas junto da entidade bancária Caixa Geral de Depósitos, emergentes de uma operação de crédito com o número 9015/003556/392, por parte da Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais, EM, mais especificamente transformar um crédito em regime de conta corrente de 600.000,00 Euros (seiscentos mil euros) num empréstimo de médio e longo prazos pagável em seis anos em prestações mensais, com seis meses de deferimento a contar da data da perfeição do contrato (20 de Agosto de 2010). Após o período de deferimento, o capital e os juros serão pagos em 66 prestações mensais, postecipadas e sucessivas, de capital constante e juros ao saldo, ocorrendo a primeira 7 meses após a data do contrato. Até 20 de Fevereiro de 2011 venceram-se apenas juros a uma taxa correspondente à média aritmética simples das taxas Euribor a 6 meses, apurada com referência ao mês imediatamente anterior ao do início de cada período de referência, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima e acrescida de um “spread” de 3,875%. A 20 de Março de 2011 venceu-se a primeira prestação de capital (9.090,91 euros) mais juros.

Crédito em regime de conta corrente - Em 20 de Agosto de 2010 foi celebrado um contrato de abertura de um crédito em regime de conta corrente contraída junto da entidade bancária Caixa Geral de Depósitos, para apoio à tesouraria da Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais, EM., no valor de 150.000,00 Euros. O capital utilizado vence juros a uma taxa correspondente à média aritmética simples das taxas Euribor a 6 meses, apurada com referência ao mês imediatamente anterior ao do início de cada período de contagem de referência, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima e acrescida de um “spread” de 2,74% (entre 20 de Agosto de 2010 a 19 de Agosto de 2011) e com a renovação aprovada, por mais um ano, a 20 de Agosto de 2011, o “spread” passou para 5,00%. A 31 de Dezembro de 2011 estava utilizado desta conta o montante de 147.000,00 euros.

Os financiamentos referidos encontram-se garantidos pela consignação das receitas legalmente não consignadas, nomeadamente as provenientes de Fundos Comunitários e/ou quaisquer verbas a receber

do Município de Paços de Ferreira, no âmbito de contratos programa, dotações ou subsídios atribuídos, incluindo indemnizações compensatórias.

Resumindo esta rubrica apresentava em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 seguinte decomposição:

	2011	2010
Empréstimos bancários	656.091	816.200
Locações financeiras		
Participantes de capital - suprimentos		
Total ...	656.091	816.200
Dívida não corrente	400.000	509.091
Dívida corrente ...	256.091	307.109

A dívida bancária a médio e longo prazo (passivo não corrente) é exigível conforme a informação disponível no seguinte quadro:

Vencimento em:	
2013 (N+2)	109.091
2014 (N+3)	109.091
2015 (N+4)	109.091
2016 (N+5)	72.727
Total ...	400.000

13. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2011	2010
Fornecedores e outros credores	564.767	580.015
Partes relacionadas	0	0
Total ...	564.767	580.015

A dívida de fornecedores em 2011 com prazo até 90 dias cifra-se em 136.106,78 euros, a dívida de 90 dias a 180 dias é de 78.888,27 euros e a dívida superior a 180 dias é de 349.771,53 euros.

14. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 os montantes a haver e a pagar ao Estado e a outros entes públicos podem ser analisados da seguinte forma:

Saldos Devedores	2011	2010
Imposto sobre Rend. P. Colectivas	13.970	14.105
Total ...	13.970	14.105

Saldos Credores	2011	2010
Imposto sobre o Valor Acrescentado	47.932	6.952
Imposto sobre Rend. P. Colectivas	0	199
Imposto sobre Rend. P. Singulares	5.145	4.431
Contribuições para a Segurança Social	25.555	23.987
Total ...	78.632	35.569

15. Outras contas a pagar

Resumindo, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2011	2010
Fornecedores de investimentos	803.644	20.670
Remunerações a liquidar	74.008	91.658
Juros a liquidar	1.939	11.367
Outros acréscimos de gastos	16.735	9.891
Outros credores	0	0
Total ...	896.326	133.586

16. Vendas e Prestações de Serviços

As vendas e prestações de serviços registadas no período de 2011 e de 2010, podem ser analisadas da seguinte forma:

	2011	2010
Prestações de serviços:		
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	1.178.994	1.004.814
Utentes	329.095	371.989
Outras entidades	31.409	24.763
Total ...	1.539.497	1.401.566

17. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2011	2010
Outros Fluídos	188.176	188.176
Electricidade	113.554	113.554
Honorários	113.329	113.329
Água	56.724	56.724
Conservação e Reparação	35.148	35.148
Limpeza, higiene e conforto	26.508	28.215
Trabalhos especializados	25.442	22.781
Ferramentas e utens. desg. rápido	18.173	22.703
Outros	80.076	67.379
Total ...	657.129	648.008

18. Gastos com o pessoal

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2011	2010
Salários e ordenados	575.757	557.233
Gastos com rescisão de contratos	0	500
Contribuições para a segurança social	120.000	116.695
Outras despesas c/ pessoal	6.649	8.636
Total ...	702.406	683.065

Os outros gastos com o pessoal englobam seguros acidentes trabalho, gastos de ação social, entre outros.

O número médio de empregados da entidade ao longo do ano, e o número no período findo em 31 de Dezembro de 2011 foi de:

	2011	2010
Número médio de empregados	59	56
Número de empregados no fim do período	59	59

19. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos incluem faturação emitida à Câmara Municipal de Paços de Ferreira no valor de 95.683 euros, relacionada nomeadamente com a refaturação de gastos à Câmara Municipal de Paços de Ferreira, relativos a atividades desportivas do concelho organizadas pela Gespaços, inscrições em provas de natação e pólo aquático e também exames médicos a todos os desportistas federados (62.169 euros).

	2011	2010
Aluguer de Equipamento	51.675	24.000
Outros rendimentos suplementares	9.389	9.233
Outros rendimentos e ganhos não especificados	62.248	61.600
Total ...	123.313	94.833

20. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, à data de 31 de Dezembro de 2011 e 2010, repartiam-se do seguinte modo:

	2011	2010
Impostos	115	218
Correcções relativas a períodos anteriores	1.917	3.510
Insuficiência de estimativa de imp. s/ rendimento	0	1.915
Outros gastos e perdas	11.578	2.505
Total ...	13.610	8.148

21. Gastos financeiros líquidos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2011	2010
Juros suportados:		
Empréstimos bancários	40.554	30.783
Outros	0	3.507
Outros gastos e perdas de financiamento	0	0
Juros obtidos (-)	0	0
Total ...	40.554	34.290

22. Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento estão reconhecidos na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

	2011	2010
Imposto corrente	6.774	3.034
Imposto diferido	0	0
	6.774	3.034

A Estimativa de imposto foi apurada tendo em conta o regime geral do Imposto sobre o Rendimento (IRC), pelo que foi aplicada da taxa de 25% sobre a matéria coletável superior a 12.500 Euros, e a taxa de 12,5% para a matéria coletável inferior a essa quantia, nos termos do artigo 87º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente, foi apurada a derrama municipal à

taxa de 1,5%, na medida em que os lucros tributáveis estão sujeitos a este imposto nos termos da Lei das Finanças Locais.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, sendo que, na opinião da Administração, não é previsível que ocorram correções com impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos são reportáveis durante um período de 4 anos (6 anos para os incorridos até 2009) após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, tendo os mesmos no caso da Empresa sido utilizados na sua totalidade em exercícios anteriores.

Informamos ainda que a 31 de Dezembro de 2011 a Gespaços, EM tem a situação regularizada perante a Segurança Social e a Administração Fiscal.

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do exercício é como se segue:

	2011	2010
Resultado antes de impostos	13.755	27.800
Resultado antes de impostos sujeito	22.947	39.177
Taxa de imposto	18%	0%
Imposto sobre rendimento tributável	4.174	0
Tributações autónomas	2.256	2.447
Derrama	344	588
Imposto sobre o rendimento do período	6.774	3.034
Impostos diferidos do período	0	0
Imposto sobre o rendimento	6.774	3.034
Taxa efectiva imposto	49,25%	10,92%

A taxa de imposto nominal é inferior a 25% devido à utilização do benefício de redução de taxa de 12,5%, previsto no Código do Imposto sobre o Rendimento.

23. Divulgações exigidas por diplomas legais

Em conformidade com o disposto na b), n.º1 do Art.º 66º-A, os honorários do Revisor Oficial de Contas, relativos à Certificação Legal das Contas, em 2011 e 2010 foram os seguintes (valores sem IVA):

	2011	2010
Honorários do Revisor Oficial de Contas	5.000	4.000
Total ...	5.000	4.000

24. Outras Informações

Não existem outras informações para além daquelas apresentadas nas Demonstrações Financeiras.

25. Data de autorização para emissão

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 13 de Abril de 2012.

Técnico Oficial de Contas



(Miguel Pinto, T.O.C. nº62433)

Administração



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS